



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

IANNA CARDIA DOS SANTOS

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: algumas reflexões à luz do debate racial

Rio de Janeiro
Janeiro de 2023

IANNA CARDIA DOS SANTOS

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: algumas reflexões à luz do debate racial

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação de Mably Trindade.

Rio de Janeiro
Janeiro de 2023

IANNA CARDIA DOS SANTOS

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: algumas reflexões à luz do debate racial

TCC aprovado em: _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Mably Jane Trindade Tenenblat – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Prof.^a Dra. Vanessa Saraiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Prof. Dr. Daniel Campos
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Diante de todos os acontecimentos e obstáculos que ocorreram em minha vida, dedico essa apresentação final à minha querida mãe, Valeria Cardia dos Santos. Sem a sua força, sua garra, seu amor, seu afeto e suas orações, nada disso teria acontecido. Somente eu e você sabemos o quão difícil foi chegar até aqui. Sou imensamente grata por tudo que me proporcionou e me proporciona, mesmo não sendo fácil.

Agradeço além de minha mãe, minha família e ao meu dindo, Marcelo Correia, por ter sido um segundo pai e sempre demonstrando preocupação com a minha caminhada.

A todos os meus amigos que direta e/ou indiretamente me deram forças para continuar e que sempre estiveram comigo. Obrigada por tanto, sou muito mais feliz com vocês em minha vida e só tenho a agradecer.

Nesse sentido, sou profundamente grata a: Beatriz Bezerra, Beatriz Santa Rita, Bruna Garrido, Camila Thuler, Carolina Marques, Letícia Roque, Lorhan Santos, Marcio Ferreira, Romulo Cesar e Winnyffe Santos.

E, também, a todos os meus amigos e amigas do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com espírito colaborativo. Em especial agradeço à Giullia Mello, que entrou em minha vida em 2017, sempre me ajudando com as dúvidas que tinha em relação às matérias, me auxiliando nos estudos, segurando minha mão e aguentando meus surtos.

Agradeço, ainda, a minha professora do CEA, tia Rosane Victoriano, que teve uma grande importância em minha vida escolar, abrindo as portas para a minha educação e me ajudando a não ficar nervosa em momentos de provas, mesmo não sendo mais sua aluna. Desde antes de eu nascer, fazendo parte da minha vida com muito amor e carinho.

Agradeço à minha orientadora, Mably Trindade, pela parceria, por seu empenho, generosidade, confiança no meu potencial, por sua gentileza e pelas valiosas contribuições dadas ao longo da construção desse trabalho e, mesmo antes, durante as nossas aulas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP)

I e II. Sou imensamente grata por todo ensino e, também, pelo seu afeto e apoio. Conseguimos!

Por fim, mas não menos importante, meus sinceros agradecimentos à banca que aceitou participar da defesa dessa minha despretensiosa monografia.

Agradeço, ainda, a esta universidade e ao corpo docente que me acompanharam ao longo do curso e que, com excelência, se dedicam à arte de ensinar. Por fim, mas não menos importante, à banca de avaliação desta despretensiosa monografia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira LGBT
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CRM	Compreende também o Centro de Referência da Mulher
CRMM-CR	Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa
CRM-SSA	Centro de Referência Suely Souza de Almeida
CSP	Cadernos de Saúde Pública
CTSPC	Curso de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESS	Escola de Serviço Social
GPTEC	Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo
HU	Hospital Universitário
IPPMG	Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LMP	Lei Maria da Penha
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NEPP-DH	Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos
NUDEM	Núcleo Especial de Defesa da Mulher
OLE	Observatório da Laicidade do Estado
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTP	Orientação e Treinamento Profissional
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TAEs	Técnicas-Administrativas em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

SANTOS, IANNA Cardia dos. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: algumas reflexões à luz do debate racial. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo precípuo refletir sobre a minha experiência de estágio no Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA), no período de julho de 2021 a agosto de 2022, buscando analisar os principais desafios enfrentados pelo Serviço Social da referida instituição, sobretudo, no atendimento às mulheres que sofrem violências de gênero. Cumpre mencionar que tais violações foram analisadas à luz do debate racial, uma vez que não se pode compreender gênero sem considerar que entre tais categorias – gênero e raça – existem relações que são mútuas e entrecruzadas, pois há entre ambas uma indissociável interseção. Destaca-se que como instrumentos metodológicos, foram utilizados o diário de campo, elaborado no período de estágio, alguns trabalhos escritos para as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP) I, II e III, bem como uma pesquisa bibliográfica sobre o tema – a partir de leituras de livros, teses, artigos e dissertações de mestrado que abordam essa temática. Ademais, em razão do atual cenário de fragilidades do modelo de políticas de saúde voltadas às mulheres, pretende-se conferir maior visibilidade às demandas por direitos desse segmento populacional, atendido no CRM-SSA, especialmente, em meio a esse último governo federal (2019-2022) misógino, machista, reacionário e conservador. Por fim, busca-se, ainda, contribuir para o debate do Serviço Social nesta seara.

Palavras-chave: Gênero. Raça/Etnia. Machismo. Violência. Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
A escolha do objeto de pesquisa e sua relação com o estágio.....	9
Metodologia de pesquisa.....	12
Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso.....	12
1. A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA MODERNA.....	14
1.1 Conceituando Violência: a seletividade da violência estatal.....	15
1.2 Capitalismo, Escravidão e Violência: as inúmeras faces do racismo....	17
2. GÊNERO: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE CRÍTICA.....	24
2.1 Debatendo Gênero.....	24
2.2 As Disputas na Seara do Gênero.....	27
2.3 Gênero e Raça: uma relação indissociável.....	29
2.3.1 Violência de Gênero e Raça.....	33
3. O CENTRO DE REFERÊNCIA SUELLY SOUZA DE ALMEIDA.....	43
3.1 Contextualização Histórica do Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA)	43
3.2 Objetivos e finalidades do CRM-SSA.....	46
3.3 Demandas Institucionais do CRM-SSA.....	46
3.4 Serviços Prestados.....	47
3.5 Perfil da População Usuária.....	48
3.6 Atuação do Serviço Social no CRM-SSA.....	50
3.6.1 Cotidiano Profissional das Assistentes Sociais.....	51
3.6.2 Desafios Presentes no Processo de Intervenção.....	52
3.7 Identificação das Refrações da Questão Social.....	54
3.8 Sobre a Experiência de Estágio.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

Em vez de fazer a clássica pergunta moral: “eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria perguntar: “como posso dismantelar meu próprio racismo?” Tal pergunta, então, por si só, já inicia esse processo.

(Grada Kilomba, 2019).

A escolha do objeto de pesquisa e sua relação com o estágio

A presente monografia propõe uma reflexão acerca das inúmeras violências de gênero sofridas por mulheres, sobretudo, negras, atendidas no Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA), instituição onde fiz os três níveis de estágio obrigatório (I, II e III).

Cumprir mencionar que Suely Souza de Almeida – professora formada em Serviço Social – foi uma das pioneiras no debate relacionado aos direitos das mulheres e contra a violência de gênero, que trouxeram, inclusive, grandes impactos e significativa importância à defesa de direitos de segmento populacional¹.

Além de desenvolver políticas públicas e ações afirmativas que pudessem auxiliar nessa luta, Suely desenvolveu, também, muitos trabalhos teóricos (artigos, textos e projetos) sobre a temática. Sua linha de pesquisa sempre foi relacionada às questões de violência de gênero, gênero, violência estatal, etnia, classe, direitos humanos, dentre outras.

A professora Suely faleceu aos 52 anos, vítima de câncer. Como dito, sempre foi uma combativa defensora dos direitos das mulheres, lutou contra a violência de gênero – o que considerava um atentado aos direitos humanos – e desenvolveu diversos trabalhos teóricos, além de ter atuado na formulação de políticas públicas e ações práticas, inclusive junto às delegacias da mulher. Buscava, sempre por meio do debate e da interdisciplinaridade, criar propostas para suprir a falta de políticas públicas na área².

Inúmeros estudos demonstram – Scott (1999), Piscitelli (2009), Corrêa

¹ Disponível em: <https://biblioteca.cfch.ufrj.br/index.php/27-colecoes-especiais/99-artigos-colecoes-especiais-pssa>. Último acesso em 13 de janeiro de 2023.

² Idem nota de rodapé anterior (de número 1).

(2001), Butler (2006), Alves (2018), Trindade (2019), dentre outras referências – que, no início do século XIX, as feministas começaram a questionar os papéis designados para homens e mulheres, papéis estes que desconsideravam as particularidades e os desejos de cada indivíduo.

E quando as mulheres reivindicavam o direito de não serem condenadas ou julgadas pelos estereótipos de seu gênero, elas abriram para todas as pessoas novas oportunidades de estar no mundo (TRINDADE, 2022).

Cumpra mencionar que os estudos de gênero não são sinônimos de estudos feministas, porém, são tributários de tais estudos e pesquisas. No âmbito das inúmeras análises e interpretações feministas, há, inclusive, uma proliferação de questionamentos à categoria gênero e, simultaneamente, uma procura por outros instrumentos conceituais (CORRÊA, 2018; TRINDADE, 2019).

Nesse sentido, é, também, um dos objetivos desse trabalho, descortinar alguns elementos sobre a categoria gênero, categoria esta – como se sabe – indissociável do debate racial e, também, da compreensão de classe.

É importante destacar, ainda, que o conceito de “gênero” emergiu entre as feministas americanas, que insistiam no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (SCOTT, 1990).

Assim, a palavra gênero indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, sublinhando ainda o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Dito de outro modo, o termo “gênero” foi utilizado para romper a estreiteza e o isolamento dos estudos centrados na questão da mulher (SCOTT, *idem*).

Além disso, não se deve compreender o gênero somente como um campo específico de estudos, mas como uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais, concepção esta bastante defendida por Suely Almeida (1997).

De acordo com a referida autora (*idem*), as relações de gênero – cuja compreensão perpassa, obrigatoriamente, pela análise de determinados processos políticos, econômicos, religiosos e culturais – apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida em sociedade.

Ângela Davis (2016), por sua vez, advoga que é preciso perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a compreender que entre tais

categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Nesse sentido, não se pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. A autora (idem) assinala, portanto, que classe informa a raça, mas, raça, também, informa a classe e o gênero, que, por sua vez, constitui-se de ambas: raça e classe.

Nessa esteira, ao conceituar gênero, tanto Joan Scott (1999) quanto Judith Butler (2015) destacam que sexo e gênero são, em primeiro lugar, formas de saber, isto é, conhecimentos a respeito dos corpos, das diferenças sexuais e dos indivíduos sexuados.

Butler (2006 e 2015), ao se debruçar sobre os estudos de sexo e gênero, afirma, ainda, que gênero foi (e ainda é) uma identidade construída ao longo dos últimos anos, a partir de uma repetição estilizada de atos e da estilização do corpo.

Alves (2018), por seu turno, assinala que gênero é um conceito em permanente disputa e seu significado nunca se estabiliza. Há, todavia, uma compreensão geral de que gênero trata das “relações de poder” na vida social (SCOTT, 1999), relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino.

Nessa esteira, Morgado (2004, p. 10) salienta que “[...] gênero é uma construção social, pois o que se espera e se atribui a mulher e homens é determinado histórica e socialmente”.

É importante mencionar, ainda, que na década de 1970, quando o conceito de gênero começou a ser pensado e utilizado pelas feministas, isto causou profundos impactos nas produções e formulações das Ciências Humanas e Sociais (TRINDADE, 2019).

A partir desse período, a categoria gênero passou a ser utilizada para contestar a naturalização das diferenças sociais entre os sexos, bem como para evidenciar que homens e mulheres são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (PISCITELLI, 2009).

Naquele momento, segundo Adriana Piscitelli (idem), o conceito de gênero enfatizava o caráter político das diferenças entre mulheres e homens, considerando que a opressão não seria apenas dirigida ao sexo feminino, mas a todas aquelas pessoas que, de alguma forma, contrariavam a ordem heterossexual.

De acordo com Pereira (2018), conceitos da Modernidade como o público e o privado, privacidade e intimidade, autonomia e outros como diversidade e diferença, identidade, papéis de gênero, sexualidade, casamento, afetos, liberdade e igualdade permitiram ao Movimento LGBTQ+³ reivindicar a revisão dos pressupostos de tais conceitos a partir das suas experiências singulares.

Como consequência desse processo, emergiram as primeiras interlocuções entre o discurso feminista – até então centrado, exclusivamente, na diferença entre homens e mulheres – e o campo da diversidade sexual.

Metodologia de pesquisa

A pesquisa acerca do tema foi desenvolvida por meio de estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos de artigos, dissertações, teses, livros e de periódicos com o objetivo de analisar as especificidades de uma temática tão relevante quanto à violência de gênero, com especial destaque para as violências que atravessam as vivências de mulheres negras.

Além disso, foram utilizados o diário de campo, o relatório de atividades elaborado no período de estágio, a análise institucional e o perfil da população usuária do Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA).

Todos esses trabalhos foram desenvolvidos para as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP) I, II e III. Tais trabalhos acadêmicos contribuíram, sobretudo, na organização desse estudo e na escolha de procedimentos metodológicos.

Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, discute-se a categoria violência, desde a violência

³ De acordo com Trindade (2014), o uso da sigla LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) foi acordado e difundido a partir da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos desse segmento populacional, realizada em junho de 2008 em Brasília. Todavia, a Associação Brasileira LGBTQ (ABGLT) atualizou a nomenclatura para uma nova versão, qual seja: LGBTQIAP+. A atual sigla representa: Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros; Queer; Intersexuais; Assexuais e Pansexuais.

estatal – propositalmente letal – passando pelo conceito de necropolítica de Achille Mbembe até chegar à violência provocada pelo sistema capitalista.

O segundo capítulo, por sua vez, trata da categoria gênero, enquanto uma categoria de análise crítica, que não pode ser compreendida divorciada da discussão de raça e classe. Neste capítulo, discutem-se, ainda, alguns elementos importantes como as disputas na seara do gênero – de um lado, estão os fundamentalistas religiosos tratando gênero como ideologia e, do outro, a ciência defendendo que gênero se trata de uma categoria de análise crítica para se compreender o mundo –; a fundamental interseção entre gênero e raça e, finalmente, a violência de gênero.

Por fim, o terceiro capítulo traz algumas observações sobre a minha experiência de estágio no Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA), contextualizando a trajetória histórica da instituição, os serviços oferecidos, as principais demandas que chegam no Centro de Referência, o perfil da população usuária, bem como os desafios enfrentados pelo cotidiano profissional das assistentes sociais.

1. A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA MODERNA

*É preciso um plano pra salvá-las
E não mirabolar um plano pra matá-las
Sei da importância de manter o país
funcionando pra não quebrar totalmente a
economia...
Mas dá pra fazer isso sem deixar uma pilha
de corpos amontoados dentro da periferia...
(MV Bill, 2020)⁴*

Neste capítulo, pretende-se discutir alguns elementos que podem contribuir para elucidar a compreensão da violência na sociedade capitalista moderna, sobretudo, aquela que atinge a população negra e periférica.

Ao longo das últimas décadas, vem sendo produzido um expressivo conjunto de evidências que apontam para importantes disparidades raciais no Brasil, nas mais diversas dimensões da vida social, incluindo educação, emprego e condições de moradia (LEAL *et al.*, 2017).

As desigualdades segundo raça/cor também têm sido documentadas nas pesquisas em saúde, com os segmentos socialmente menos favorecidos, incluindo pretos e indígenas, apresentando níveis mais elevados de adoecimento e de morte por causas evitáveis, desde as doenças infectoparasitárias até aquelas relacionadas à violência. No âmbito da saúde, inúmeros estudos apontam para as influências raça/cor no acesso ao serviço e sua utilização (LEAL *et al.*, *idem*).

Portanto, o objetivo do capítulo é lançar luz à categoria violência em geral; em seguida discutir a violência do Estado – considerada ininterrupta, deliberada e letal – para, finalmente, compreender a violência de gênero, foco precípua da presente monografia e que será abordada no segundo capítulo.

De acordo com Minayo (2005), em sua origem e manifestações, a violência é um fenômeno sócio-histórico e acompanha toda a experiência da humanidade.

Por consequência, a presença de atos violentos tem sido recorrente desde o mito de origem bíblico que se inicia com uma disputa fratricida e a morte

⁴ MV, Bill. Canção Isolamento. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mv-bill/isolamento/>. Último acesso em 14 de novembro de 2018.

de Abel por Caim, evidenciando-se a convivência da sociedade humana com as perenes disputas de poder, com os ódios e com a vontade de aniquilamento de uns pelos outros (MINAYO, idem), como serão abordados a seguir.

1.1 Conceituando Violência: a seletividade da violência estatal

Quando iniciamos esse item afirmando que a violência estatal é seletiva e, portanto, não é aleatória, queremos com isto reafirmar que não se trata de pura e simples violência, mas de um projeto de extermínio engendrado pelo Estado brasileiro, principalmente de pessoas negras.

Clóvis Moura (1994), em seu texto “O racismo como arma ideológica de dominação” assinala que mesmo antes do capitalismo, o racismo já estava presente e se tornou uma arma de dominação:

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças (MOURA, idem, p. 2).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente, no Brasil ocorre – a cada 23 minutos – a morte de um jovem negro. Em geral, do sexo masculino e, quase sempre, pela ação ou omissão do Estado e da polícia, esta última sendo sempre a instituição de escolha para se lidar com qualquer questão social no país.

Como assinala brilhantemente Achille Mbembe (2018), trata-se de uma necropolítica que se utiliza, por exemplo, da letalidade policial para exterminar quem não encontra lugar no fomento aos interesses capitalistas burgueses.

Nessa esteira, é importante mencionar que Mbembe (idem, p. 151) denomina necropolítica às “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte”. A necropolítica visibiliza, assim, o direito de matar, que não foi extinto com a passagem das instituições feudais para os Estados nacionais.

Na década de 1990, mais de um milhão de pessoas morreram por violências e acidentes e, dessas, cerca de 400 mil faleceram por homicídios (MINAYO, 2003). Tanto no mundo como aqui no país, os óbitos infligidos por

outros ou auto-infligidos constituem sério problema social e têm intensas repercussões na saúde pessoal e coletiva.

Em seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS) revela que “todo ano, mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitas outras sofrem lesões não fatais” por causas violentas (OMS, 2002, p.3).

A incessante preocupação com a preservação da economia em detrimento da proteção às vidas – como ocorreu durante a nefasta gestão brasileira da pandemia de Covid-19 e a crescente preocupação com o teto dos gastos públicos em lugar de se preocupar com a fome que atinge milhares de famílias –, a intensificação da desigualdade social no processo de precarização das condições de existência e a letalidade policial no contexto da atual crise do capital são vetores que se vinculam, sobretudo, em razão da lógica de produção deliberada de morte enquanto projeto político efetivado no país.

No que concerne à primazia da preocupação econômica, por exemplo, esta tem sido justificativa do desmonte das políticas públicas desde 2016 – com o golpe sofrido por Dilma Rousseff –, o que tem colocado em xeque, ao longo desses anos, todo o suporte público de saúde, educação e de assistência social que, inclusive, verificou-se na ausência de articulação frente à situação pandêmica.

Além disso, não são isoladas as empreitadas com vistas a destituição dos direitos trabalhistas, como a reforma da previdência, por exemplo. Atualmente, há não apenas o estabelecimento de novas idades para se aposentar, mas o tempo de contribuição foi alterado, bem como as garantias contratuais. A justificativa? Novamente a ideia de economia de recursos financeiros da União.

Não por acaso, crescem no país os setores informais de serviços mediados por tecnologia cuja falta de transparência com relação às formas de pagamento das plataformas virtuais, ausência de segurança e rotina de ameaças e expulsões dos trabalhadores, produzindo duas grandes greves nacionais de entregadores por aplicativo.

Nessa política de morte, ocorre a suspensão permanente do Estado de direito e a necessidade da produção constante de um inimigo ficcional para a propagação de atos de terror e de violência para a legitimação desses

extermínios. Tal inimigo não é tomado como um rival ou adversário, mas enquanto, o “Outro”, cuja vida ameaça a minha existência e, portanto, sua eliminação é colocada na ordem de um mal necessário (GALEANO; SOUZA; GUARESCHI, 2021, p. 124).

Para que essa forma de administração da vida e da morte aconteça, é preciso gerar um estado de insegurança que, por sua vez, será alimentado pela produção do medo – elemento fundamental das políticas de segurança – e que incidirá diretamente na aceitação da violência direcionada a determinadas parcelas da população. Desta forma, a distribuição da produção de morte ocorre em proporções desiguais, fazendo operar a lógica “de que alguns valem mais do que outros”. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor (GALEANO, SOUZA; GUARESCHI, idem).

Cumprе mencionar, nesse sentido, que Judith Butler (2015) e Achille Mbembe (2018) fornecem lentes de leitura importantíssimas para a compreensão das formas como a vida e a morte são inseridas nos cálculos estatísticos e econômicos.

Desde a priorização da economia em detrimento da proteção à vida, até a intensificação das desigualdades sociais, observamos como tais fatores justificam e legitimam o extermínio e, conseqüentemente, tendem a se consolidar um projeto que insistentemente mata, vulnerabiliza e expõe os corpos e vidas, especialmente os corpos negros⁵.

Tal violência não respeita nem o parto das mulheres pretas, se considerarmos a violência obstétrica, por exemplo, que atinge muito mais este segmento populacional⁶.

1.2 Capitalismo, Escravidão e Violência: as inúmeras faces do racismo

Parte-se do pressuposto que não é possível compreender a composição da classe trabalhadora brasileira, sem considerar para tal compreensão a

⁵ Neste trabalho será utilizada a categoria negras e negros, uma vez que a população negra abarca pessoas pretas e pardas.

⁶ Sugiro a leitura do artigo “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”, publicado em 2017 pelo CSP (Cadernos de Saúde Pública). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt>.

relação entre classe e raça. Nesse sentido, assinala Florestan Fernandes (2007, p. 260):

Como a economia de trabalho livre organizou-se sob a égide de um patamar pré-capitalista e colonial, seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classes.

Além de a análise de Florestan Fernandes (*idem*) ser bastante pertinente para entender o nascimento do capitalismo brasileiro, também oferece importantes elementos para compreender a formação da classe trabalhadora no país.

Na esteira de Florestan (2007), Ianni (1978) demonstra que a escravidão é um dos aspectos constituintes do capitalismo brasileiro e trará diferentes implicações nos diversos e distintos lugares do mundo:

Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo. Toda formação social escravista dessa área estava vinculada, de maneira determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais. Esses fenômenos, protegidos pela ação do Estado e combinados com os progressos da divisão do trabalho social e da tecnologia, constituíram, em conjunto, as condições da transição para o modo capitalista de produção. Assim, para compreender em que medida o mercantilismo “prepara” o capitalismo, é necessário que a análise se detenha nos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção. Mas, para compreender esses desenvolvimentos é preciso situá-los no âmbito das transformações estruturais englobadas na categoria de acumulação primitiva (IANNI, 1978, p. 8).

Ainda segundo Ianni (*idem*), a acumulação primitiva expressa as condições históricas da transição para o capitalismo, pois foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no “Novo Mundo”. Sob tais aspectos, “o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário” (IANNI, *ibidem*, p. 9).

Sabe-se que o capitalismo sempre obteve um alvo, desde meados do século XV com os colonizadores e os colonizados, até o momento atual. E, neste exitoso processo, a população escrava foi a mais importante para o desenvolvimento econômico mundial, como, por exemplo, a plantação da cana, a exportação do café, a busca pelo ouro, entre outros.

Ademais, a violência sempre foi um marco na história da população negra, ou seja, não se pode abordar o tema da escravidão, sem mencionar episódios de profunda violência e barbárie:

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e um mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados na rua “à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava a liberdade, sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Aurea “aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres” (NASCIMENTO, 2016, p. 79).

Desde o início, o capitalismo usa a violência para obter suas conquistas. Na época feudal, por exemplo, a violência foi utilizada para a expropriação dos trabalhadores de suas terras, com o uso de forças repressivas para expulsar camponeses, que foram lançados às cidades e à própria sorte e em busca de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Temos os colonos quando invadiram as terras africanas e os colocaram em navios, como o negreiro, em precárias e nefastas condições para o transporte dos escravizados, onde muitos morriam durante o fatídico percurso.

Por outro lado, sempre houve resistência ao sistema escravista:

Desde o início da escravidão os africanos confrontaram a instituição, negando factualmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética aptidão natural para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta” (NASCIMENTO, 2016, p. 58-59).

Marx (1984) analisa um novo processo que ele chamará de “acumulação primitiva do capital”, no qual foram instituídas duas classes: os capitalistas (exploradores) – donos do meio de produção e da propriedade privada – e os proletários (explorados) – que vendem sua força de trabalho para a realização da produção e para adquirir sua subsistência:

O processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. E ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. [...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução produz, por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação do capital: de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (MARX, idem, p. 161).

István Mészáros – filósofo húngaro – desde o início dos anos de 1970 tem desenvolvido um extenso e profundo trabalho teórico com vistas a uma atualização do pensamento marxista em relação à compreensão do capitalismo contemporâneo.

Mészáros possui uma vasta obra, sendo sua principal intitulada “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição” (2002). Neste trabalho, apresenta-se uma dinâmica autocontraditória do que o autor denomina de sistema sociometabólico do capital.

O referido autor (2002, p. 119) assevera que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”.

Para Mészáros (idem, p. 117):

Ao longo da história, o capital ultrapassou os obstáculos mais sagrados, superou regras morais e ideais seculares impostas pela sociedade, pela Igreja e pelas tradições. Também abriu caminhos para a busca de riqueza pela riqueza, ignorando quaisquer limites nessa busca e sendo, por isso, considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas.

De acordo com Marx (2013), às classes sociais são demarcadas a partir do modo de produção capitalista, que pressupõe a apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe dominante, a partir da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, que vende sua capacidade laborativa aos capitalistas (PEREIRA; SAMPAIO, 2018).

Todo esse processo constituinte do capitalismo, produtor da exploração do homem pelo homem, marca essa sociedade pela divisão dessas duas classes – a burguesia (classe dominante) e a classe trabalhadora (classe dominada) –, e é essa divisão que produz as infindas desigualdades, pois tudo o que o trabalhador produz é apropriado por uma minoria, qual seja: os donos dos meios de produção, a burguesia (PEREIRA; SAMPAIO, idem).

Contudo, a classe social não é apenas resultado do lugar que se ocupa no modo de produção capitalista, isto é, se detentor dos meios de produção ou se possuidor apenas de sua força de trabalho.

Esse tipo de definição seria muito simplista e meramente descritivo se não levasse em conta os conflitos que lhe são inerentes e constituintes, pois que é justamente no antagonismo da luta que a classe trabalhadora forja-se a si

mesma. Em outras palavras, é a luta de classes o motor das relações sociais e das classes que a compõem (PEREIRA; SAMPAIO, *ibidem*).

Para Pereira e Sampaio (2018), ao se refletir acerca das especificidades da classe trabalhadora brasileira, observa-se uma realidade na qual a escravidão é, inescapavelmente, uma parte constitutiva e muito significativa do capitalismo, servindo historicamente ao seu desenvolvimento desde a sua gênese.

Clóvis Moura (1992), ao tratar da crise do sistema escravista no Brasil, assinala que, antes mesmo do fim da escravidão, criou-se no país o mito da superioridade do trabalhador branco.

De um lado aumenta a demanda internacional pelo café e, de outro, aumenta o preço do escravo internamente. Como consequência, alguns segmentos mercantis ou com capitais paralisados com a extinção do tráfico, se organizaram para suprir a procura de braços (PEREIRA; SAMPAIO, 2018).

Todavia, como tais segmentos visavam uma taxa de lucro elevada e altamente compensadora, não recrutavam o trabalhador nacional não branco e, em particular, o negro. Essa mão de obra foi descartada antes da abolição, quando se criou o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria, consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil (MOURA, 1992).

Ainda de acordo com Moura (*idem*), mesmo que a mão de obra branca imigrante fosse mais cara e sem qualquer experiência e condições técnicas para o trabalho aqui exigido, o “trabalhador branco importado traria consigo os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil” (MOURA, *idem*, p. 56).

Como dito, por conseguinte, a mão de obra negra foi descartada antes mesmo da abolição, a partir de uma concepção de superioridade racial branca, pautada no parecer “científico” higienista.

Tais fatores se associam e dão forma à política de branqueamento no país, que determina historicamente que o negro – para ser “aceito” – precisa se enquadrar nos padrões da “civildade branca”, ou seja, no “mundo dos brancos” (FERNANDES, 2007, p. 33).

Para Mészáros (2002), o caráter destrutivo, racista, antagônico e contraditório da produção do capital é o que permite compreender tanto a existência de uma massa de desempregados, inválidos e mutilados, quanto a destruição cotidiana da força de trabalho. Ao construir o sistema do capital e sua

força de trabalho, destrói-se, simultaneamente, o valor de uso desta mesma força de trabalho.

Além disso, os recursos naturais têm sido degradados em escala inimaginável à humanidade, tanto do ponto de vista do consumo de recursos naturais, quanto da degradação provocada pelo resultado do consumo produtivo e improdutivo ao capital, expressa sob a forma de poluição de distintas formas físicas (gasosa, sólida e líquida). Portanto, os componentes concretos do “processo de trabalho” submetidos ao “processo de valorização” são destruídos progressivamente (MÉSZÁROS, 2002).

Domenico Losurdo (2006), por sua vez, destaca uma democracia seletiva basicamente destinada – de forma quase exclusiva – aos homens brancos, excluindo pobres, negros, índios e mulheres, ou seja, todas as minorias – que são vistas pelos liberais em suas perspectivas – deveriam ser excluídas, por não oferecerem nenhum tipo de benefício ao poder capitalista.

Neste cenário, observa-se como o fenômeno da violência oportunizou as condições para que o modo de produção capitalista encontre as bases para sua consolidação.

Segundo bell hooks (1989, p. 42), “sujeitos são aqueles que têm o direito de definir suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. Mas, quando se observa a realidade um pouco mais de perto, percebe-se que, de fato, só quem é sujeito na história são os colonos, os donos de terra, os brancos, pois o direito das pessoas escravizadas foi retirado a partir do momento em que foram proibidas de exercer o direito de ir e vir.

Nesse sentido, as pessoas que não são vistas como sujeitos, são ligadas a objetos, pois, como assinala a referida autora (idem, p. 42-43): “a história foi designada de maneira que define (nossa) relação somente com aqueles que são sujeitos”.

Tal definição de sujeito e objeto estereotipam a forma como os escravos eram vistos, ou seja, como pessoas que não podem ter opinião, não têm e não podem ter o direito de pensar e nem de se expressar.

Grada Kilomba (2019) menciona a “máscara do silenciamento”, na qual o colono utilizava essa máscara para silenciar os escravos. Inicialmente, eram usadas para que eles não desfrutassem do plantio, que a mesma faz alusão ao pertencimento de coisas que os brancos achavam que os negros queriam tomar

posse. “O sujeito negro torna-se então aquilo que o sujeito branco não quer ser relacionado” (KILOMBA, idem, p. 34).

Nesta perspectiva, nota-se que os escravos sempre foram alvos, uma vez que os colonos – os senhores brancos – utilizavam todas as possibilidades e estratégias para silenciar esses corpos, retirando seu valor e os oprimindo.

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, em agressividade e sexualidade. [...] permitindo a branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e, majestosamente, generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (KILOMBA, 2019, p. 37).

Havia um receio do que poderia acontecer caso essas pessoas silenciadas pudessem ter voz. A máscara vedando a boca do *sujeito negro* impede-o de revelar tais verdades, das quais o senhor *branco* quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e “quietas”. Por assim dizer, esse método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento do “*outro*” (KILOMBA, 2019, p. 42, grifos no original).

2. GÊNERO: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE CRÍTICA

No presente capítulo, pretende-se abordar a categoria gênero enquanto uma categoria de análise crítica, que não pode ser compreendida divorciada da discussão de raça e classe.

Ademais, o capítulo lança luz nas disputas envolvidas na seara de gênero, o artifício falacioso da “ideologia de gênero”, bem como as polêmicas e dissensos dos estudos sobre o tema nos últimos anos.

2.1 Debatendo Gênero

Quando se discute gênero, não se pode omitir a importância das ondas do movimento feminista, pois suas reivindicações eram por direitos sociais e políticos, além de realizar críticas às construções sociais, embasadas em teorias eurocêntricas, patriarcais, machistas e racistas.

De acordo com as reflexões de Ivone Caetano (2017), a primeira onda emergiu no final do século XIX e início do século XX, sendo relacionada à reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos. Naquele contexto, formou-se um grande processo de luta, manifestações, greves e protestos. Ademais, as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média que lutavam ao lado do movimento sufragista e das mulheres proletárias.

No Brasil, a primeira onda esteve relacionada ao movimento de mulheres operárias anarquistas e ao movimento reivindicatório pelo direito ao voto das mulheres.

A segunda onda feminista começou no início da década de 1960, ganhando impulso no Brasil em 1964, durante a ditadura militar e trazendo questões relacionadas à sexualidade e a autonomia da mulher no contexto familiar (CAETANO, 2017)

Para Caetano (idem), foi um momento marcado por discussões relacionadas à violência doméstica, ao aborto e ao controle da natalidade. No Brasil, a conjuntura histórica da ditadura militar exigiu que os movimentos feministas também se posicionassem contra o regime e a censura, lutando pela redemocratização, pela anistia e por melhores condições de vida.

No Brasil, a terceira onda surgiu por volta de 1980 e está relacionada à interseccionalidade entre gênero, raça e classe, dando destaque às vertentes do feminismo negro, pois esse termo foi desenvolvido a partir deste contexto, no qual tratar as questões de gênero divorciando das questões raciais seria inoportuno e intelectualmente desonesto

A terceira onda foi marcada por debates pela busca do desenvolvimento do próprio conceito de mulher, discussões sobre discriminação racial, solidão da mulher negra, genocídio da população negra, trazendo aos movimentos feministas um debate mais diversificado. Também é nessa fase que começa a surgir os primeiros núcleos de estudos sobre a questão da mulher e a questão de gênero nos meios acadêmicos (CAETANO, 2017).

Ainda que nenhuma ciência seja neutra ou livre de pressupostos ideológicos, cumpre mencionar, inicialmente, que gênero é teoria e não ideologia. Obviamente, com as teorias científicas que emergiram nas últimas décadas para explicar as novas configurações das relações de gênero, não poderia ser diferente. Os princípios de igualdade e equidade, bem como o ideário dos direitos humanos e da justiça social, estão por trás da emergência da maioria dessas teorias (TRINDADE, 2019).

Até a década de 1960, contudo, o estudo de tais relações despertava pouco interesse da academia. Esse quadro modificou-se a partir das profundas transformações socioculturais que, naquela época, construíram novas formas de relacionamento e estilos de vida, abalando sobremaneira conceitos por muito tempo considerados imutáveis e universais.

De fato, nas décadas seguintes, essas transformações acirraram-se ainda mais em razão de fatores como a transgressão das fronteiras sexuais e de gênero, que, somada às novas tecnologias reprodutivas, desestabilizaram antigas certezas e implodiram noções tradicionais de tempo, espaço e “realidade”, subvertendo, assim, as formas de gerar, nascer, crescer, amar ou morrer (LOURO, 2008).

Para Trindade (2019), a sistemática de construção de identidades sexuais e de gênero foi inexorável e intensamente alterada. A sexualidade perdeu o caráter estritamente pessoal e privado, ganhando contornos sociais, políticos e ideológicos, o que provocou inúmeras indagações (e incertezas).

Evidentemente, tamanhas transformações dos significados sociais do masculino e do feminino foram acompanhadas de acalorados debates na arena científica. Como resultado, novos conceitos foram formulados e disseminados na academia – e, conseqüentemente, na sociedade – entre os quais a ideia de que sexo e gênero são categorias distintas, não havendo necessária congruência entre ambas (TRINDADE, 2019, p. 246).

Os estudos de gênero, entretanto, não negam, fundamentalmente, o sexo biológico, porém rejeitam a dimensão exclusivamente biológica sobre o tema. Tais estudos pesquisam, entre outras questões, a construção de categorias de diferenciação de pessoas, que são mutáveis.

Obviamente, em pleno século XXI, afirmações desprovidas de criticidade e eivadas de “senso comum” como aquelas que propalam que “rosa é a cor das meninas e azul dos meninos”, por exemplo, contribuem para reforçar estereótipos e preconceitos.

Esses padrões sociais e culturais arraigados produzem, sobretudo, desigualdades e discriminações no cotidiano, que, igualmente, são objeto de análise no campo das pesquisas sobre gênero. Em tal cenário, as instituições sociais, construídas de forma a perpetuar as desigualdades que situam as mulheres em patamar inferior, tornam-se a principal causa das diferenças entre os gêneros masculino e feminino.

Cumprir destacar que, na década de 1970, o conceito de gênero foi criado pelas feministas, causando impacto nas produções e formulações das Ciências Humanas e Sociais.

A partir desse período, a categoria gênero passou a ser utilizada para contestar a naturalização das diferenças sociais entre os sexos, bem como para evidenciar que homens e mulheres são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (PISCITELLI, 2009).

De acordo com Pereira (2018), conceitos da Modernidade, como o público e o privado, privacidade e intimidade, autonomia e outros, como diversidade e diferença, identidade, papéis de gênero, diversidade sexual, casamento, afetos, liberdade e igualdade permitiram ao Movimento LGBT+ reivindicar a revisão dos pressupostos de tais conceitos a partir das suas experiências singulares.

Como consequência desse processo, emergiram as primeiras interlocuções entre o discurso feminista – até então centrado, exclusivamente, na diferença entre homens e mulheres – e o campo da diversidade sexual.

Além disso, ao questionar a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010; WITTIG, 2006; RUBIN, 1993) e diante da convergência em torno de alguns pontos, à época, o incipiente movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e intersexuais aproximou-se das feministas – que já estavam há décadas lutando por suas bandeiras – ensejando, alguns anos depois, a formação de alianças estratégicas na luta pelo reconhecimento de direitos não só das mulheres, como também, do segmento LGBT+.

Nessa esteira, é possível observar que a trajetória do Movimento Feminista e dos Movimentos LGBT+ guarda muitas semelhanças, na medida em que os estudos no campo de gênero serviram para problematizar papéis, expectativas, diferenças e normas hegemônicas consideradas “naturais”.

Não obstante enfrentarem sofrimentos e desafios semelhantes que têm as mesmas matrizes de subalternização – dominação masculina, patriarcado, heteronormatividade e cisgeneridade, – que se expressam de maneira específica para cada segmento, a afirmação das identidades LGBT+ no Movimento Feminista sempre se mostrou carregada de tensões, resistências e, também, discriminações internas.

As lésbicas, por exemplo, sofreram muitas resistências entre a primeira e a segunda ondas do feminismo para demarcarem suas orientações sexuais “diferenciadas” e a necessidade de discutir direitos sexuais e reprodutivos, afetos e a heteronormatividade dominante na cultura, inaugurando, por consequência, um pensamento que subverteu uma agenda central nas denúncias feministas, qual seja: a violência doméstica da união heterossexual (PEREIRA, 2018).

2.2 As Disputas na Seara do Gênero

De acordo com Letícia Lanz (2014), categorias como identidade, papéis e estereótipos de gênero – até pouco tempo atrás bastante sólidas e que funcionavam como inequívocas referências do gênero a que uma pessoa pertencia – entraram em franco colapso.

É importante assinalar que o movimento que visa desqualificar a categoria gênero, caracterizando-a como “ideologia”, iniciou-se na década de 1990, tendo Joseph Ratzinger, antes de se tornar o papa Bento XVI, como um de seus principais expoentes:

Distingue-se, então, o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “*gender*”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 726).

Na América Latina, um dos precursores dessa concepção é o argentino Jorge Scala, que, em 2010, lançou um livro cujo título é “*La Ideologia del Género: el género como herramienta de poder*”. De acordo com a caricatura traçada pelo referido autor (2010), pesquisadores que discutem gênero negam as diferenças naturais entre os sexos, apregoando que a sexualidade não sofre (nem deve sofrer) qualquer restrição, inclusive biológica.

Todavia, em sua conhecida obra “O Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir (1967) não negava a existência de distinções biológicas entre homens e mulheres, amplamente conhecidas. De fato, a filósofa francesa (1967) – ao problematizar com profundidade o tema –, questionava se tais “biologismos” constituem (ou deveriam constituir) um destino para a mulher:

Esses dados biológicos são de extrema importância, pois, desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Em todas as nossas descrições ulteriores, teremos que nos referir a eles. Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio no mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja aprendido de uma maneira ou de outra. Eis porque o estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas, o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam porque a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre esta posição subordinada (BEAUVOIR, 1967, p. 52).

Entretanto, ao contrário de Beauvoir, Judith Butler (2015) contesta veementemente as diferenças biológicas entre os sexos. A autora advoga que, se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira.

Levada a seu limite lógico, a distinção entre sexo e gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente

construídos. “Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2015, p. 25).

Em outras palavras, é inequívoco que a conexão necessária entre um genital e um gênero é exclusivamente social e não biológica. Tal conexão também é política e histórica. O dado biológico restringe-se em afirmar que existem as anatomias masculinas e femininas, ou seja, é claro que há um dado biológico que diz que a maioria das pessoas nasce com um pênis ou com uma vagina. Todavia, isto não significa que estes genitais são determinantes do gênero.

Todavia, para Scala (2010) e tantos outros fundamentalistas religiosos, só existem o sexo masculino e o feminino, ambos determinados pela biologia e somente a família baseada no casamento heterossexual tem condição de propiciar o desenvolvimento adequado da personalidade do indivíduo.

Resta cristalino que a partir da expansão e consolidação de um campo científico sobre a categoria gênero – que, supostamente, estaria ameaçando princípios religiosos –, foi lançada uma contraofensiva cristã em defesa de uma doutrina anacrônica e do modelo tradicional de família.

Cumprе assinalar, porém, que o conservadorismo não dispõe de argumentos científicos para se contrapor às teorias de gênero, cada vez mais abrangentes, razão pela qual as desqualifica, tratando-as como mera “ideologia”.

Nessa esteira, nota-se que por trás das mobilizações radicais anti gênero estão diferentes atores, organizações, partidos e redes religiosas fundamentalistas, que são classificados no espectro político de centro à extrema-direita. Com a expressão “ideologia de gênero”, essa complexa rede volta-se contra avanços da democracia e de uma sociedade aberta e progressista.

Em entrevista à Carta Capital, Rogério Diniz Junqueira assinala que a falaciosa expressão “ideologia de gênero” é, na verdade, uma invenção, ou seja, um artifício retórico. Não pode ser confundida com um termo científico, visto que a sua elaboração jamais seguiu princípios e preocupações de ordem científica.

O termo aflorou no âmbito de um projeto de poder, isto é, decidiu-se utilizar o “conceito” que melhor funcionasse politicamente segundo os objetivos

dos atores que fomentaram essa ofensiva reacionária. Esta plataforma foi, inclusive, muito utilizada – com bastante sucesso e eficácia, diga-se – nas eleições presidenciais de 2018.

Visita-se, assim, um terreno bastante perigoso de crescente desrespeito às diferenças e patologização da orientação sexual. Dar visibilidade à homossexualidade como comportamento e identidade socialmente aceitos, portanto, opõe-se, por exemplo, aos crimes que têm sido praticados contra homossexuais – como apresenta o estudo de Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2004) – e que, infelizmente, são mais um dos muitos atentados aos direitos humanos no Brasil.

Assentadas essas premissas, torna-se evidente que a chamada “ideologia de gênero” constitui, por si só, uma nefasta deturpação, isto é, uma tentativa deliberada de coibir a discussão acerca da diversidade sexual e de gênero, com o inequívoco intuito de manter privilégios e promover exclusões. O conservadorismo – e, por conseguinte, o caráter ideológico – de tal tentativa revela-se igualmente incontestável.

Por fim, em 2014, o termo “ideologia de gênero” ganhou maior destaque ao aparecer nos protestos para a exclusão das expressões ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ dos planos de educação, por exemplo, sendo terminantemente proibido discuti-los nas escolas, sejam particulares ou públicas. A partir de então, “ideologia de gênero” tornou-se uma nefasta plataforma de mobilização política.

2.3 Gênero e Raça: uma relação indissociável

Como mencionado anteriormente, Angela Davis (2016) afirma que raça e gênero se informam mutuamente na complexa realidade latino-americana (e mundial) e ainda mais no contexto brasileiro, a fim de se traçar mediações sobre os eixos de opressão (patriarcado, racismo e cis-heteronormatividade).

Tais eixos atravessam os sujeitos em suas múltiplas dimensões constitutivas, devendo ser necessário recorrer a outras matrizes analíticas, além das referenciadas tradicionalmente, para captar suas expressões concretas, como as contribuições trazidas pelo feminismo negro e os estudos decoloniais (TRINDADE, 2022).

Ainda nesse contexto de gênero e raça, Carneiro (2011, p. 127-128) adentra nesse cenário com uma análise evidente da resolução desse fato, dizendo:

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.

Em uma determinada época a questão relacionada à raça estava interligada aos homens negros, quanto as mulheres negras, os dois faziam o mesmo serviço braçal no campo para seus senhores e as mulheres nessas condições eram “desprovidas de gênero”, mas quando eram exploradas e/ou punidas eram reduzidas à sexualidade.

As mulheres em grande parte do tempo foram vistas como inferiores e foram excluídas, não participando dos interesses políticos. Por um momento as mulheres brancas eram vistas como donas de casa, mães e esposas e as mulheres negras eram escravas, ama de leite etc.

Com o abolicionismo os homens tiveram mais chances de se inserir na sociedade do que as mulheres, mas também abriu portas para que as mulheres brancas se interessassem na causa. Angela Davis (2016) informa que esse movimento deu a oportunidade de iniciarem um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido (DAVIS, idem, p. 57).

Com a criação dos movimentos feministas foi possível a inserção das mulheres na sociedade. Contudo, mesmo que mulheres negras fizessem parte de tais movimentos, não viram suas pautas serem priorizadas. Ainda se via uma prevalência eurocêntrica, branca e colonialista.

De acordo com bell hooks (2015), nos Estados Unidos da América, o feminismo não emergiu com o protagonismo daquelas mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias,

mental, física e espiritualmente, pois estas eram impotentes para mudar sua condição de vida.

De acordo com a referida autora:

Estas são a maioria silenciosa. Uma marca de sua condição de vítimas é o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas (HOOKS, 2015, p. 193).

Para hooks (idem), problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada norte-americana eram preocupações reais, merecedoras de atenção e transformação, porém não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, material, subjetiva, com a discriminação étnica e racial, dentre outras preocupações cotidianas. Ainda segundo a autora:

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. Mesmo assim, a estrutura de classe na sociedade norte-americana foi moldada pela estratégia racial da supremacia branca; apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissoluvelmente ligada à luta para acabar com o racismo (HOOKS, 2015, p. 195-196).

É urgente defender a articulação entre as duas categorias gênero e raça para que se possa empreender um estudo decolonial. Isso significa que ainda há continuidade das relações coloniais de poder a partir das categorias de gênero, raça e classe e que não se pode falar em um momento pós-experiência do colonialismo, pois, a colonialidade é e continua a ser presente na relação entre países e entre países e sujeitos (LIMA COSTA, 2014, GOMES, 2018).

De acordo com Camila Gomes (2018), considerar o feminismo decolonial reside em pensar como as normas de gênero fazem parte da colonialidade do poder, do saber e do ser. Quando se fala em colonialidade do gênero, passa-se a pensar que tanto o gênero é informado pela raça, quanto a raça é informada pelo gênero (DAVIS, 2018). Conclui-se, então, não ser possível falar em gênero sem pensar a colonialidade, nem falar de colonialidade sem incluir o gênero.

2.3.1 Violência de Gênero e Raça

Para Trindade (2022), a sociabilidade e a moralidade brasileira conservadora, escravocrata e sexista resultam em uma experiência social de barbárie cotidiana, uma vez que o nosso país tem uma raiz colonial escravista (com exploração e profundas opressões sobre as populações negra e indígenas).

Além disso, é fato inconteste que o desenvolvimento econômico e político do Brasil se constituiu de forma subordinada a interesses externos, em uma configuração histórica que restringiu a consolidação de garantias civis e democráticas de respeito à diversidade e combate às opressões de gênero e raça (TRINDADE, idem).

Consequentemente, não há como partir de perspectivas em que o gênero passa a ser a categoria explicativa central e principal e a raça algo que cria matizes ou particularidades dentro de um suposto sistema primário de opressão organizado pelo gênero (DAVIS, 2016).

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020) dedicou-se a pensar o racismo no Brasil a partir de três elementos centrais: a divisão sexual e racial do trabalho, a miscigenação e o mito da democracia racial, contribuindo para lançar luz à situação da mulher negra na América Latina.

Segundo a referida autora (idem), a divisão sexual do trabalho deve sempre considerar a raça, pois há sobre as mulheres uma tripla discriminação: a de gênero, a racial e a de classe, dada a constatação de serem a maioria do imenso proletariado brasileiro.

Nessa esteira, tampouco se pode compreender a vida em sociedade sem considerar o critério da raça, pois gênero e raça formam um binômio imprescindível para analisar indivíduos e defender direitos, sobretudo, de pessoas que não se enquadram no sujeito “universal moderno: masculino, branco, cis, hétero e bem-sucedido” (TRINDADE, 2022, p. 7).

Para Sílvio Almeida (2018) e Domenico Losurdo (2006), o “sujeito universal civilizado” é fruto do projeto liberal-imperialista e do saber filosófico dos séculos XVI até o XVIII, que demarcam o que é humano e não humano, posicionando o homem branco (e, também) europeu como o único sujeito detentor de *status* de humanidade e de cidadania.

Almeida (idem) assinala, ainda, que a raça operou como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a destruição dos povos das Américas, África, Ásia e Oceania. Foram engendradas comparações e classificações dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas, biológicas e culturais fazendo emergir a distinção entre civilizado e selvagem.

Losurdo (2006), por sua vez, demonstra como a tradição liberal é o biombo que esconde a exploração dos trabalhadores na Europa e, também, a hierarquização do mundo em raças inferiores e superiores, cujo topo é ocupado pelas elites brancas europeias.

A brutalidade colonial acionou a tortura, o estupro, o incêndio de aldeias, o massacre a ferro e fogo, inclusive de crianças, exercendo-se – sem qualquer moderação – poderes ilimitados de vida e delimitando o que é civilização e o que é barbárie (LOSURDO, 2006).

Logo, toda teoria que pretende ampliar a democracia, radicalizá-la, torná-la menos excludente e mais plural precisa rever essa concepção moderna e liberal de sujeito (TRINDADE, 2022).

O mito moderno de indivíduo que nos ronda impede não somente que as pessoas se vejam e se entendam como seres corporificados, contextualizados, racializados com histórias de vida, mas impede, também, que percebam o outro na sua diferença. É óbvio que nós podemos ser considerados iguais num aspecto enquanto detentores de direitos. Contudo, qualquer pressuposição de igualdade que não leva em conta a diferença exclui os diferentes (TRINDADE, idem).

Segundo Andrea Moraes (2018), o Serviço Social produziu em sua história recente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. A discussão em torno da referida categoria está presente nas pesquisas da área, e, além disso, assistentes sociais atuam diretamente com as dimensões que envolvem o debate sobre gênero, com especial destaque para os trabalhos sobre violência e direitos reprodutivos.

Os sentidos atribuídos ao gênero no campo do Serviço Social são variáveis – e isto, por óbvio, não é uma exclusividade da nossa área (MORAES, idem) – posto que, nos anos 1990 Joan Scott já apregoava que gênero é um conceito em permanente disputa. Logo, seu significado nunca se estabiliza.

Há no Serviço Social uma compreensão geral de que gênero trata das

relações de poder na vida social, relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino (SCOTT, 1999).

Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos da intervenção de assistentes sociais e das preocupações de pesquisas no âmbito da categoria. No entanto, segundo Moraes (2018), o consenso parece esgotar-se neste ponto, uma vez que os estudos de gênero compõem um campo de intensos debates, calorosas discussões e com perspectivas teóricas e filosóficas bastante variadas, sendo a interseccionalidade uma dessas perspectivas.

Ao abordar a categoria interseccionalidade, não se deve esquecer do protagonismo pioneiro de Kimberlé Crenshaw – uma intelectual e jurista estadunidense – que em 1989 a nomeou e quem, posteriormente, desenvolveu algumas das mais importantes elaborações teóricas sobre esse conceito.

São recorrentes, portanto, as pesquisas que partem das obras de Crenshaw e utilizam a interseccionalidade como um conceito analítico, na medida em que este serve de forma bastante eficaz quando se trata de analisar contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero. A ruptura com uma visão monolítica de análise e sua popularização é, sem dúvida, uma das grandes contribuições dos estudos que utilizam a teoria da interseccionalidade:

(...) pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (KYRILLOS, 2020, p. 1).

Ainda sobre a interseccionalidade, não se pode abordá-la, de maneira apropriada, sem mencionar o feminismo negro, pois uma das contribuições centrais das feministas negras foi justamente questionar a universalidade do patriarcado como sistema de dominação (MORAES, 2018).

A reflexão sobre os limites da explicação patriarcal como forma universal de dominação das mulheres acompanhou os desdobramentos do feminismo dos anos 1970, e entre as feministas negras essa reflexão crítica atingiu uma considerável expressão teórica e política.

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016).

Ainda segundo Angela Davis (*idem*), o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.

A mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.

Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou “mãe de leite” na “casa grande”.

Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhavam na lavoura. Embora nos estados localizados na fronteira entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, por exemplo, uma quantidade significativa de escravas realizasse trabalhos domésticos, as escravas do extremo Sul – o verdadeiro núcleo do escravismo – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas (DAVIS, 2016).

Ainda de acordo com a referida autora (*idem*), por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura. Da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade, as meninas eram designadas para trabalhar o solo, coletar algodão, cortar cana, colher tabaco.

Uma idosa entrevistada durante os anos 1930 descreveu sua iniciação na lavoura, durante a infância, em uma fazenda de algodão do Alabama:

Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão” (DAVIS, 2016, p. 25).

O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as enquanto mulheres e reduzindo-as à sua raça. Esse ajuste de perspectiva para além da ótica patriarcal mudou o percurso do feminismo e ainda fez surtir seus efeitos no campo feminista atual porque a partir dele a chamada interseccionalidade foi construída.

É importante sinalizar, portanto, que o feminismo negro é o berço da interseccionalidade e que essa origem faz toda a diferença na forma como a interseccionalidade opera com a raça (MORAES, 2018, p. 279).

A autora Carla Akotirene (2019) traz o panorama da interseccionalidade para analisar de forma crítica as interações estruturais e os atravessamentos sociais, econômicos, de violência e violação que as mulheres negras sofrem.

A mesma autora (idem) ainda assinala que o conceito de interseccionalidade “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE, *ibidem*, p. 37).

E traz à luz da realidade que, por tanto tempo, era velada e tem sido desmascarada com processos de análises sustentando o seguinte argumento:

A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (*ibidem*, p. 37).

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raça, etnias, classes e outras (AKOTIRENE, 2019, p. 42).

Akotirene (idem) ressalta, ainda, que “a violência racial contra a mulher atinge um nível de complexidade sub inclusivo [...]”, levando a mulher negra ao topo dos índices de violência de gênero e raça, tendo como base de afirmação

a pesquisa feita no campo de estágio, na qual 59,1% das mulheres que sofreram algum tipo de violência se declararam negras; atentando para o total de mulheres que sofreram violência, isto é, mulheres negras passam da metade dessa porcentagem.

Ademais, as novas estruturas do mercado de trabalho – promovidas pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal – facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres, especialmente negras, em ocupações em tempo parcial, substituindo homens pelo trabalho feminino mal pago, com salários mais baixos, em posições precarizadas, ou seja, sem carteira assinada e direitos trabalhistas.

Dados oficiais revelam que as mulheres negras estão presentes em maior grau nas ocupações em tempo parcial, demonstrando também as desigualdades entre homens e mulheres no que tange à divisão das tarefas domésticas (TEIXEIRA; GÓIS, 2020).

Dentro da perspectiva crítica interseccional do patriarcado com o capitalismo, tem-se a divisão sexual do trabalho que, mais uma vez, desfavorece a mulher e, principalmente, a mulher negra.

Federici (2017, p. 232), por sua vez, ressalta, nesse processo, as relações de poder e o impulso à acumulação capitalista. Ainda afirma dizendo que:

A diferença de poder entre homens e mulheres e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente 'a parte não remunerada do dia de trabalho' e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino

Deve-se pensar também na “interseccionalidade política” (AKOTIRENE, 2019, p. 40) devido à inoperância das delegacias especializadas em atendimento à mulher em horários noturnos e feriados – os quais são os que mais têm ocorrências de violência contra a mulher negra, principalmente em bairros periféricos –, a relativa distância das redes de apoio à essas mulheres que vivem em locais de maior vulnerabilidade e, dado que as mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos de Estado por serem oriundas de locais considerados “de risco”.

Essas mulheres são invalidadas e desprestigiadas em relação às suas dores decorrentes de violências por aqueles que as deveriam proteger e zelar pela integridade física e moral enquanto cidadãs.

Teles (2015) traz a constatação desse fato da invalidação e desproteção ao apresentar a falta de conhecimento por parte das equipes de saúde sobre a Lei de Notificação Compulsória de violência contra as mulheres. Ainda afirma que “a falta de entendimento da complexidade em torno da violência doméstica e a pouca disposição para oferecer suporte a essas mulheres impedem o acolhimento das vítimas” (ibidem, p. 66)

Carneiro (2011, p. 130) enfatiza a realidade da mulher negra ao dizer que “[...] as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social [...]”.

Cumprе mencionar que o Serviço Social – composto por 97% de profissionais do sexo feminino (IAMAMOTO, 2009) –, em seu cotidiano de intervenção atende majoritariamente mulheres, sendo essas mulheres negras. Todavia, a categoria profissional permaneceu distante das lutas mais significativas do movimento feminista negro, o que configura, do nosso ponto de vista, um desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero.

Nesse sentido, tratar da relação de gênero e Serviço Social “Implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão (CISNE, 2004, p. 20).

Para Angela Davis (2016), uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezeros separados das vacas.

Ainda de acordo com a referida autora (idem), um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais” (DAVIS, 2016, p. 26).

Mais de 130 anos depois da abolição da escravatura – em 13 de maio de 1888 – as mães e suas crianças ainda são tratadas como animais durante o parto. Há estudos que demonstram que a violência obstétrica imposta à mulher

negra é infinitamente maior e mais perversa que aquela sofrida por mulheres brancas.

Sem mencionar a ideia de que o sistema patriarcal é uma forma de dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres pelos homens e para proveito deles recebeu das feministas negras um reparo fundamental: à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualização dos corpos das mulheres negras (MORAES, 2018; AKOTIRENE, 2019).

bell hooks (2018) informa que quando o movimento feminista começou, o foco da mídia em massa era a questão da sexualidade feminina, levando em consideração a questão do aborto:

A exploração sexual do corpo das mulheres tinha sido uma ocorrência comum em movimentos radicais por justiça social, fossem eles socialistas, pelos direitos civis, etc. (HOOKS, idem, p. 40).

Para as mulheres brancas, o aborto legal era mais viável do que para as mulheres negras:

Antes que pudesse haver qualquer igualdade de gênero em relação à questão do amor livre, mulheres precisavam ter acesso garantido a métodos contraceptivos seguros e eficientes e ao aborto. Enquanto mulheres brancas individuais, com privilégios de classe, frequentemente tinham acesso a ambas as garantias, a maioria das mulheres não tinha (HOOKS, ibidem, p.41).

Nota-se que se resulta num privilégio, numa desigualdade e num preconceito de classe, sofrendo preponderantemente com os seus reflexos para as mulheres da classe subalterna.

Ainda segundo bell hooks (2015), as mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista.

Portanto, observa-se que o sujeito negro foi colocado na posição de “pessoa ruim” pelos ideais dos brancos, em que a cor da pele tornou-se central para informar se a pessoa era digna de respeito, possibilitando o trauma presente na sociedade. Em solo brasileiro, o racismo é enrustido, isto é, mais velado. E a partir do momento que a pessoa tem a cor da pele diferente dos brancos, torna-se alvo de críticas, violências, desrespeitos, fazendo alusão de que aquela cor pode vir a ser perigosa e machucar uma pessoa.

Grada Kilomba (2019) demonstra que o trauma de pessoas negras não vem só de família, mas do traumatizante contato com a violenta barbárie do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que os coloca como os/as “outros/as” como diferente, incompatível, conflitante, como estranho e/ou incomum.

Ainda que as pessoas estejam estudando mais e buscando ter um conhecimento maior sobre a luta antirracista, o corpo negro sempre terá que se auto afirmar e mostrar o seu pertencimento na sociedade. Trata-se, assim, de uma luta que sempre terá que ter resistência e resiliência.

A maioria das pessoas negras carregam consigo, o peso do colonialismo, em que permanecem traumas, medos e inseguranças. Frantz Fanon (1967, p,118) assinala como o racismo foi traumático para si mesmo:

Eu fui odiado, desprezado, detestado, não pela vizinha do outro lado da rua ou pelo meu primo por parte de mãe, mas por uma raça inteira. Os psicanalistas dizem que nada é mais traumatizante para a criança do que esses encontros com o que é racional. Eu diria, pessoalmente, que para um homem cuja arma é a razão, não há nada mais neurótico do que o contato com o irracional.

Nesse sentido, entendemos que Fanon (1993) considera o negro como uma invenção do homem branco. Aqui reside a relação entre racismo e colonialismo.

Apenas a partir da invenção de um povo outro e inferior, o colonialismo poderia justificar-se, pois, de acordo com o referido autor, o complexo de inferioridade ocorre a partir de um “processo duplo: econômico, inicialmente; em seguida, pela interiorização, ou melhor epidermização dessa inferioridade” (FANON, 1983, p. 12).

Portanto, a invenção da raça atrelada a uma ideia de evolução e civilidade serviu aos propósitos de um sistema capitalista organizado para a espoliação dos povos não brancos.

É importante destacar, ainda, que as desigualdades sociais têm sua emergência (e consolidação) fundada no capitalismo-neoliberal que se constitui por lógicas coloniais, héteropatriarcais e racistas.

Faustino (2018, p. 152) assinala que Fanon:

(...) ressalta o quanto o racismo e a racialização – implícitos à situação colonial – são partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalista de produção para o mundo não europeu.

O sujeito negro passa a ser um sujeito “sem lugar”, seja na sua nação após a invasão dos brancos, na nação “dos brancos” ou em outra nação colonizada.

Este “não lugar” emerge, por vezes, nos atendimentos realizados no CRM-SSA, observados ao longo da minha experiência de estágio e que serão analisados no capítulo a seguir.

3. O CENTRO DE REFERÊNCIA SUELLY SOUZA DE ALMEIDA

Neste capítulo, serão abordados alguns elementos importantes da minha experiência de estágio no Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA), contextualizando a trajetória histórica da instituição, os serviços oferecidos, as principais demandas que chegam no referido Centro de Referência, o perfil da população usuária, bem como os principais desafios enfrentados pelo cotidiano profissional das assistentes sociais diante da ausência de um forte investimento na prevenção da violência de gênero e no fortalecimento da cidadania das mulheres por parte do governos federal, estadual e municipal.

Cumprе mencionar que nos quatro anos de sua incompetente e inepta gestão (2019-2022), Jair Bolsonaro propôs no Orçamento da União 94% menos de recursos para políticas específicas de combate à violência contra a mulher, em comparação aos quatro anos imediatamente anteriores.

Tais recursos de enfrentamento à violência contra mulheres – reduzidos no Orçamento – são usados para fomentar a rede de proteção, que vai desde convênios para organizações locais, prefeituras, assim como para serviços públicos de modo geral.

Isto significa afirmar que os expressivos cortes nas políticas sociais em detrimento da garantia de direitos e dos investimentos necessários para tirar o país da atual crise econômica e social contemplam um verdadeiro desmonte generalizado das políticas sociais, sobretudo aquelas voltadas aos direitos das mulheres.

3.1 Contextualização Histórica do Centro de Referência Suely Souza de Almeida (CRM-SSA)

O CRM-SSA foi inaugurado em 21 de março de 2016 em decorrência da criação do Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR) em 2004, sendo a primeira proposta do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e visando o funcionamento de ambos de forma articulada.

O CRM-SSA está localizado na Praça Jorge Machado Moreira, s/n, Cidade Universitária, Rio de Janeiro. O NEPP-DH, por sua vez, situa-se na Avenida Pasteur, 250. Anexo do CFCH, 3º andar. Campus Praia Vermelha.

O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos NEPP-DH), órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), foi aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 14 de setembro de 2006, passando a integrar o Estatuto da UFRJ (art. 51, parágrafo único), e inaugurado em 18 de dezembro de 2006. Trata-se do primeiro Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos, com caráter estatutário, em universidade pública brasileira⁷.

O NEPP-DH aglutina trabalhos com alta relevância acadêmica e social, todos constitutivos da sua estrutura e se desdobram em subprojetos de ensino, pesquisa e extensão, como: Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR), Observatório da Laicidade do Estado (OLE), Curso de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento (CTSPC). Compreende também o Centro de Referência da Mulher (CRM), cujas atividades acadêmicas ainda não se iniciaram porque está em fase de construção, na Cidade Universitária e o Observatório da Lei Maria da Penha⁸.

Na qualidade de instância acadêmica da UFRJ, o referido Núcleo tem seus docentes e estudantes como destinatários imediatos de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para melhor atingir seus objetivos, amplia suas atividades para a sociedade, em geral, especialmente para as vítimas de discriminação e da violação dos direitos humanos.

O NEPP visou implantar um novo padrão de Centro de Referência para Mulheres no Brasil, contemplando as seguintes dimensões:

1. Desafio de construção da transdisciplinaridade, conjugando diversas áreas da Universidade, das Humanidades às Áreas Tecnológicas e Biomédicas;
2. Atendimento integral às usuárias, com vistas à superação do quadro de violência de gênero, em suas variadas expressões, aliado à formação da

⁷ Informações disponíveis no site da instituição: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/>. Último acesso em 04 de dezembro de 2022.

⁸ Idem à Nota de Rodapé 7.

consciência crítica sobre a realidade brasileira e as múltiplas determinações das desigualdades sociais, numa perspectiva emancipatória;

3. Integração do trabalho de Extensão Universitária, com a produção de conhecimentos, por meio de pesquisas e estudos sistemáticos e ensino.

4. Registre-se a existência, por exemplo, das disciplinas obrigatórias de Relações de Gênero no Brasil e de Direitos Humanos no Brasil, no Curso de Graduação em Serviço Social da UFRJ, ofertas de disciplinas relativas a esses temas em Programas de Pós-Graduação da UFRJ, além da existência de núcleos de pesquisa consolidados e projetos de extensão relacionados a essa temática;

5. Constituição de um polo permanente de debates sobre o tema, de articulação, avaliação e monitoramento de programas e políticas públicas na área da violência de gênero, de concepção e experimentação de metodologias inovadoras de intervenção e de formação continuada para a implementação desses programas e políticas.

É importante mencionar, ainda, que o corpo técnico-administrativo do Núcleo tem sido constituído de profissionais do quadro de servidores da UFRJ, assim como de pessoal contratado, de toda e qualquer modalidade, de quaisquer relações de trabalho a título transitório, para projetos específicos, em estrita observância às normas em vigor na UFRJ.

O Núcleo é dirigido pelo Conselho Deliberativo e pelo Diretor. O Conselho Deliberativo é formado pelo Diretor, que o preside; pelo vice-diretor; por três representantes dos docentes escolhidos pelos pares; por um representante dos funcionários técnico-administrativos em atividade no Núcleo, escolhido pelos pares; pelo coordenador do programa de pós-graduação *stricto sensu*; e por um representante discente do programa de pós-graduação *stricto sensu*, também escolhido pelos seus pares.

Para o cumprimento de suas atribuições, a Direção do Núcleo conta com os seguintes setores administrativos a ela subordinados: Seção de Atividades Gerenciais, Seção de Almoxarifado, Seção Financeira e de Contabilidade, Seção de Compras, Seção de Arquivo, Seção de Protocolo, Seção de Pessoal, Seção de Ensino, Secretaria da Direção, Assessoria da Direção, Coordenação do

Centro de Referência para Mulheres (CRM) e Coordenação do Centro de Referência de Mulheres da Maré (CRMM)⁹.

Integram o Núcleo as seguintes atividades acadêmicas em funcionamento no âmbito do NEPP-DH: o Centro de Referência de Mulheres da Maré e o Centro de Referência de Mulheres – Campus do Fundão.

3.2 Objetivos e finalidades do CRM-SSA

1. Atuar na prevenção e enfrentamento à violência de gênero contra a mulher por meio de atendimento interdisciplinar individual e em grupo às mulheres maiores de idade que vivem ou viveram essa situação e com de atividades coletivas de oficinas, cursos e eventos voltados tanto para a comunidade interna e externa da UFRJ.

2. Além de proporcionar atendimentos e acompanhamento psicossocial e jurídico, orientar nas desigualdades de gênero e fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência; promover debates, estudos e propostas sobre a realidade social brasileira da mulher, produzir indicadores sociais, desenvolver e testar metodologias inovadoras de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas sociais, assim como realizar estudos prospectivos.

3.3 Demandas Institucionais do CRM-SSA

A partir de sua implementação, o CRM-SSA atende mulheres que frequentam a universidade – docentes, técnicas administrativas, terceirizadas, discentes – e mulheres que não estão no meio acadêmico, de qualquer município do estado do Rio de Janeiro.

Tais mulheres são encaminhadas pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher (coletivos feministas, justiceiras e outros), por todo sistema judiciário, como o Núcleo Especial de Defesa da Mulher (NUDEM), rede de saúde local, Hospital Universitário (HU), Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), Ouvidoria UFRJ e mulheres que fazem contato próprio por indicações ou redes sociais.

⁹ Idem à Nota de Rodapé 7.

Lembro-me que toda segunda feira era realizada uma roda de conversa, na qual eu e mais uma estagiária auxiliávamos nas apresentações, elaborando e atualizando a lista de presença, bem como mediando as perguntas que eram feitas aos profissionais que estavam apresentando¹⁰.

É importante destacar que as demandas que mais chegavam no CRM eram relacionadas à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher e assédio sexual, todas contempladas pela Lei Maria da Penha (LMP).

A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado por meio de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Tais crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas Varas Criminais naquelas cidades em que ainda não existem Juizados Especializados¹¹.

3.4 Serviços Prestados

1. Acolher, orientar e prestar atendimento integral à mulher em situação de violência de gênero por meio de acompanhamentos individuais de psicólogos e assistentes sociais;
2. Proporcionar atendimento interdisciplinar a mulheres em grupo, para oportunizar trocas de experiência;
3. Realizar oficinas sociais e eventos para promover a reflexão sobre as relações de gênero e assuntos correlatos, envolvendo tanto as mulheres atendidas de forma individual, como comunidade interna e externa a UFRJ, profissionais e extensionistas;
4. Promover cursos, visando principalmente a ampliação de conhecimentos de profissionais que possam vir a atender uma mulher que esteja vivenciando um relacionamento em que a violência de gênero esteja presente;
5. Contribuir para a formação profissional de estudantes dos cursos de graduação da UFRJ, capacitando-os para a atuação em serviços de atenção à mulher em situação de violência.

¹⁰ Relato extraído do diário de campo.

¹¹ Para maiores informações, conferir: <https://www.cnj.jus.br/lei-maria-da-penha/>. Último acesso em 02 de janeiro de 2022.

3.5 Perfil da População Usuária

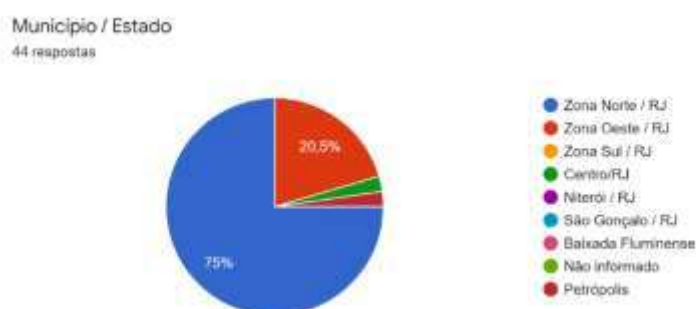
Neste item, pretende-se apresentar o perfil das mulheres em situação de violência que tiveram seu primeiro atendimento individual prestado pelas assistentes sociais do CRM-SSA, durante o período de pandemia, ou seja, de março de 2020 a dezembro de 2021, tendo como base o modelo da ficha social que tem sido utilizada pelas assistentes sociais. Para isso, foi desenvolvido um formulário por meio da ferramenta *Google Forms*, no qual foram analisadas 44 usuárias.

A faixa etária das mulheres que nos procuram está entre 41 e 50 anos, seguida de perto por mulheres de 33 a 40 anos.



Fonte: elaboração própria. Ano 2021

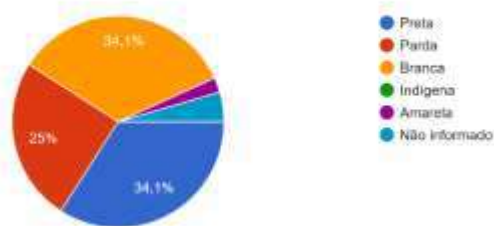
A concentração é maior na Zona Norte e na Zona Oeste do Rio de Janeiro, pois só constam no município quatro centros de referência: dois na Zona Norte e dois no Centro da referida cidade.



Fonte: elaboração própria. Ano 2021

Sobre o quesito raça/etnia, 34,1% se autodeclararam pretas e brancas e 25% pardas. Todas as usuárias são do sexo feminino.

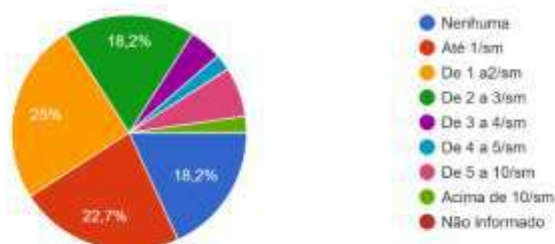
Raça / Etnia
44 respostas



Fonte: elaboração própria. Ano 2021

Com relação à renda, 25% recebem de 1 até 2 salários mínimos, e 22,7% até 1 salário mínimo. Assim, é importante destacar que pretos e pardos são o dobro da população branca.

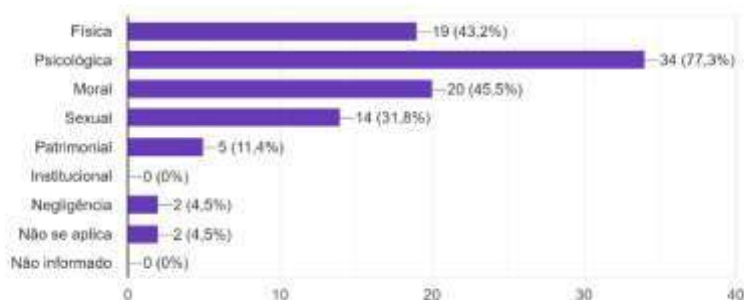
Renda
44 respostas



Fonte: elaboração própria

No CRM-SSA, 95,5% dos atendimentos – que chegaram no período analisado – eram referentes a casos de violência de gênero, diferenciando-se dos tipos de violência: 77,3% sofreram violência psicológica; 45,5% moral; 43,2% física e 31,8% violência sexual.

Tipos de violência
44 respostas



Fonte: elaboração própria. Ano 2021.

Sobre o gráfico acima, faz-se necessário problematizar essa porcentagem a partir de uma outra perspectiva, qual seja: o número de violência psicológica é maior, pois tal violência perpassa todos os demais tipos de violências e não somente uma violência específica. Antes de acontecer qualquer violência física, patrimonial, dentre outras, as mulheres sofrem violência psicológica, sendo considerada a primeira e inescapável violação de direitos das mulheres.

No âmbito desses dados percentuais, não se pode esquecer a questão social, que envolve a usuária por trás da violência. Em um dos casos relatado e presenciado por mim¹², a mulher não tinha subsídio para alimentar seus filhos. Por conseguinte, o seu maior medo era a saída do agressor de sua residência, pois todos corriam risco de sofrer com a escassez e de não terem atendidas as necessidades básicas, mas, ao mesmo tempo, ela não estava mais suportando a situação que estava vivenciando com o agressor.

Especificamente sobre este caso em tela, nos atendimentos presenciados por mim, foi observada uma mudança brusca em seu comportamento, pois quando no primeiro atendimento a vítima não conseguia se expressar e só chorava, colocando para fora um grande sentimento de dor.

Nos demais – quarto ou quinto atendimento em diante –, a usuária já estava com um novo olhar e uma outra postura, demonstrando estar mais forte e decidida a encerrar de vez o processo de violência pelo qual havia passado durante os últimos anos. Assim que o agressor saiu de casa, ela chorou de felicidade e, novamente, de medo, pois achava que ele poderia ir atrás dela e dos filhos.

3.6 Atuação do Serviço Social no CRM-SSA

Desde a sua implementação em 2016, o Serviço Social tem uma importante atuação no CRM-SSA, tanto em atividades de coordenação, quanto como no atendimento direto às mulheres em situação de violência de gênero.

Em abril de 2021, foi iniciada uma parceria entre o Instituto de Ginecologia da UFRJ e o CRM na realização da roda de conversa “Conhecendo

¹² Informações extraídas do diário de campo.

o corpo feminino”, cujo objetivo era a discussão de temas pelos profissionais de saúde relacionados à saúde da mulher, à contracepção, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), climatério, dentre outros.

O Serviço Social teve papel fundamental na articulação da referida parceria, assim como na participação no desenvolvimento da roda em interação com as mulheres, dentre elas, algumas que participaram de atendimentos e outras atividades promovidas pelo CRM.

Sobre o fluxo de atendimento, é importante informar que as mulheres que procuravam o CRM-SSA para atendimento individual eram acolhidas na recepção por profissionais capacitados(as) para isso, não sendo necessários agendamentos, nem registro de ocorrência.

Na sequência, era atendida em uma sala separada por uma assistente social que realizava a escuta qualificada e, dentre outras ações, valorizava o que era dito, fornecendo informações que a usuária tinha interesse e outras necessárias como, por exemplo, o plano de segurança pessoal e sempre valorizando a escolha individual.

Ao final do atendimento, caso a usuária desejasse, agendava-se um retorno, sendo este o procedimento realizado em todos os atendimentos.

Durante a pandemia, o primeiro contato e demais atendimentos foram mantidos, sendo realizados pelo telefone ou por plataformas digitais, a depender da escolha da mulher. Escutar essas histórias de vida também promove grande aprendizado para os(as) profissionais. Nesse sentido, os atendimentos oportunizavam grandes trocas de saberes.

Ademais, as oficinas e os cursos oferecidos pelo CRM são espaços não hierarquizados em que todos(as) podem contribuir com o debate com seu conhecimento acadêmico ou vivido, que tem grande valor para discussões, especialmente quanto ao debate sobre a realidade das mulheres atendidas.

3.6.1 Cotidiano Profissional das Assistentes Sociais

As assistentes sociais realizavam o atendimento social, além de participar de atendimentos interdisciplinares junto ao psicólogo da equipe, em alguns dos casos acompanhados. Desde a inauguração do CRM, as assistentes

sociais estiveram envolvidas em atividades de formação de estudantes, sendo elas vinculadas a estágio, residência e extensão.

Trata-se de uma equipe formada por quatro assistentes sociais, todas brancas e uma delas exerce a função de coordenadora da equipe. A referido grupo também tem participação nas demais atividades globais oferecidas pelo Centro, tais como:

1. Oficina de Dança Raiz Mulher (uma oficina para mulheres cis¹³ ou trans¹⁴, que se propõem a desenvolver as potencialidades de cada corpo, estimulando o conhecimento corporal e a autoestima);

2. Cine-Debate (debate mensal de duas convidadas, a partir de curtas-metragens relacionados a temas diversos que tenham interface nos direitos humanos das mulheres) ambos com coordenação atual de técnicas-administrativas em educação (TAEs) com formação em Pedagogia e Letras.

Além disso, as técnicas-administrativas têm participação direta junto aos demais integrantes da equipe na organização dos seminários anuais, assim como todas as demais atividades (por meio das demais plataformas virtuais) desde o primeiro semestre de 2020.

Somadas as atividades descritas acima, a assistente social ainda participa de reuniões internas e externas à universidade, na articulação em torno das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

Tem atuação ainda na coordenação e participação em ações de extensão e pesquisa ligadas aos Direitos Humanos com foco nos subtemas de gênero, raça e acessibilidade.

¹³ Cisgênero configura uma concordância entre a identidade de gênero e o gênero associado ao sexo biológico do indivíduo. Trata-se de um conceito utilizado para definir as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer (JESUS, 2012; TRINDADE, 2019).

¹⁴ Pessoas trans ou transgêneros, por sua vez, apresentam algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema (LANZ, 2014). Para Jesus (2012), são pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer.

3.6.2 Desafios Presentes no Processo de Intervenção

A Política Social do CRM-SSA vincula-se à política de Assistência Social e, conseqüentemente, à Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres¹⁵.

De acordo com Irany Lopes (2011) – Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na gestão Dilma Rousseff – desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas; e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática.

Até então, as iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres constituíam, em geral, ações isoladas e referiam-se basicamente a duas estratégias: a capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e a criação de serviços especializados, mais especificamente Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (LOPES, 2011).

A partir de 2003, tais políticas públicas foram ampliadas e passaram a incluir ações integradas, como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública¹⁶ (LOPES, 2011).

Todavia, como mencionado anteriormente, o antigo e nefasto governo de Jair Bolsonaro, nos quatro anos de gestão, propôs no Orçamento da União de 2022 94% menos de recursos para políticas específicas de combate à

¹⁵ Maiores informações disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Enfrentamento,viol%C3%AAn cia%2C%20conforme%20normas%20e%20instrumentos> Último acesso em 03 de janeiro de 2022.

¹⁶ Esta ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros (LOPES, 2011).

violência contra a mulher do que nos quatro anos imediatamente anteriores.

Estes números fazem parte de um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), uma organização não governamental sem fins lucrativos.

As justificativas de tal decisão são as faltas e quedas de recursos e arrecadações. É importante mencionar, ainda, a profunda e irresponsável ausência de investimento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que, cada vez mais, impossibilitam o trabalho dos Centros de Referência, e com o corte orçamentário muitas mulheres foram duramente afetadas.

Durante a pandemia, um dos imensos desafios encontrados pelas assistentes sociais foi a questão do trabalho remoto, pois, os atendimentos eram realizados virtualmente e havia a dificuldade do acesso à Internet, além do fato de, na maioria das vezes, as vítimas estarem no mesmo ambiente que os seus agressores.

Ademais, havia inúmeros entraves ao acesso às políticas públicas (o que é condição fundamental ao enfrentamento à situação de violência); como as dificuldades relacionadas aos recursos humanos, em conformidade ao que preconiza a supracitada Política Nacional; desafios relacionados à necessidade de uma rede articulada de acolhimento à mulher em situação de violência; dificuldade no tocante ao acesso às políticas relacionadas à assistência social, saúde (sobretudo, demandas para saúde mental), trabalho e renda, dentre outras.

3.7 Identificação das Refrações da Questão Social

Sabemos que a questão social expressa-se, essencialmente, em uma profunda contradição entre capital x trabalho. Para Iamamoto e Carvalho (2008, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Pode-se dizer que as consequências de suas expressões geram a desigualdade social. Durante o estágio, realizei, por várias vezes, a escuta ativa nos atendimentos, acompanhados da supervisão de campo. Em um único atendimento foram relatadas várias expressões da questão social que acabam originando, por consequência, vários problemas. Como, por exemplo, a questão da pobreza, a fome, o desemprego e, sobretudo, a violência, além da dificuldade de acesso à saúde.

Quando as usuárias precisam de atendimento psicológico e se dirigem ao SUS, são informadas que não tem vaga naquele momento para começar a realizar o tratamento.

E mesmo com as dificuldades de articulação entre as redes e as políticas públicas, muitas mulheres conseguem ter acesso aos seus direitos por meio do Núcleo Especial de Defesa da Mulher (NUDEM) e, também, do próprio CRM-SSA.

Como observado, são inúmeros os desafios enfrentados na viabilização e materialidade da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, infelizmente, tais desafios não são exclusivos do público feminino.

Os danos, as lesões, os traumas e as mortes causados por acidentes e violências correspondem a altos custos emocionais e sociais e com aparatos de segurança pública. Causam prejuízos econômicos por causa dos dias de ausência do trabalho, pelos danos mentais e emocionais incalculáveis que provocam nas vítimas e em suas famílias e pelos anos de produtividade ou de vida perdidos (MINAYO, 2005)

Ao sistema de saúde, as consequências da violência, dentre outros aspectos, evidenciam-se no aumento de gastos com emergência, assistência e reabilitação, muito mais custosos que a maioria dos procedimentos médicos convencionais. Cálculos estimam que cerca de 3,3% do PIB brasileiro são gastos com os custos diretos da violência, cifra que sobe para 10,5% quando se incluem custos indiretos e transferências de recursos (MINAYO, *idem*, p. 10).

No contexto da pandemia de Covid-19, por exemplo, foi perceptível os efeitos nocivos do capitalismo, estimulando o aumento da violência e da desigualdade social. A economia do país foi colocada como prioridade, em detrimento da proteção à vida.

O slogan do governo federal era “O Brasil não pode parar”, colocando em xeque a vida das pessoas que não tinham condições de ficar em casa, pois sem o trabalho, ficariam sem seu sustento.

Ademais, a contínua política de morte perpetuou-se mesmo durante a pandemia. Nesse período, foi proibida – por medida provisória pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – a realização de operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro. Infelizmente, contudo, mesmo com esta medida, as violências policiais letais permaneceram. Essa violência estatal é direcionada, seletiva e afeta sempre as mesmas raças, classes e gêneros.

3.8 Sobre a Experiência de Estágio

O estágio é um importante alicerce para o(a) estudante construir as bases de seu processo de atuação futura. Trata-se de um espaço imprescindível para a compreensão da relação entre teoria e prática, pois todos os estudos realizados no âmbito da sala de aula – com todo o embasamento teórico – poderão ser explorados na instituição de estágio.

Como já sinalizado ao longo da presente monografia, realizei os três períodos de estágio obrigatório no Centro de Referência para as Mulheres Suely Souza de Almeida, espaço onde pude compreender na prática conteúdos e aprendizados adquiridos na universidade.

Além disso, esse campo de estágio proporcionou-me ótimas experiências nas quais obtive mais aprendizados em relação às categorias de assistência social, violência de gênero, racismo, dentre outras.

No primeiro e no segundo momentos do estágio (OTP 1 e 2) não foi possível estar presente em campo, pois estávamos atravessando a pandemia de Covid-19 e estávamos utilizando nesse momento o estágio na modalidade remota.

Em OTP 1, ficamos mais imersos na teoria, passando por cursos e capacitações nos quais foram abordados temas relacionados à violência de gênero, ao território em que prestavam atendimentos, políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, entre outros.

Em OTP 2, além de participarmos de *lives*, reuniões, palestras, cine debates, cursos, nos inseriram nos atendimentos para começarmos a ter

experiências de como preencher as fichas de atendimento, a realizar o atendimento às usuárias, a preencher corretamente um relatório de caso, dentre outras atribuições.

No final do período letivo referente à OTP 2, participei da SIAC apresentando o perfil das mulheres em situação de violência, atendidas pelas assistentes sociais do CRM durante a pandemia de Covid-19.

Já em OTP 3, tivemos a oportunidade de realizar um projeto piloto com as usuárias e mulheres ligadas à UFRJ com o tema “Conhecendo sobre pequenos negócios”, no qual foram realizados quatro encontros com temas relacionados ao empreendedorismo.

Dentro das expressões da questão social, o tema escolhido para a elaboração do referido trabalho foi sobre a dificuldade de acesso aos meios de trabalho e renda.

Visando fornecer capacitação para que as mulheres (cis ou trans) tenham a oportunidade de conhecer e aprender como gerenciar um pequeno negócio, possibilitando contribuir com a renda familiar ou garantir seu sustento, bem como o de suas famílias. Além de acionar as ferramentas necessárias que possibilitasse seu ingresso ou o aprimoramento nesta área.

Durante os atendimentos que participei, pude observar que o primeiro instrumento que as assistentes sociais utilizavam era a escuta. Ao longo de cada atendimento, eram anotadas somente as palavras chaves para depois preencher a ficha.

Na referida ficha constam informações de escolaridade, renda, se tem filhos, por quem foi encaminhada, se fez registro de ocorrência, qual foi a violência de gênero, entre outras.

Após o primeiro atendimento verificava-se para qual rede de proteção seria direcionada a usuária, observando-se qual o tipo de atendimento que seria necessário. E, assim, eram iniciadas as providências e os encaminhamentos possíveis, sempre em contato com as redes.

O estágio possibilitou, portanto, conhecimento e reflexões para a minha construção, enquanto uma profissional atenta, sensível e crítica, pois aproxima o estudante da prática profissional que futuramente irá exercer.

Em relação a minha experiência com a equipe, pude perceber nitidamente a falta de pessoas negras atuando dentro do CRM, onde na verdade,

as únicas pessoas negras que ali trabalhavam exerciam funções de técnicos de limpeza.

A partir do momento em que entrei para a equipe o meu pensamento foi “será que me chamaram só por eu ser uma mulher negra compor e não ficar “estranho” para eles ou por que eu sou capaz de estar ali?” Foi um “desafio” inicialmente, pois precisei olhar um todo e observar como eles lidam com as usuárias negras e como a equipe lida com a temática. E foi bem perceptível que eles sabem que não é lugar de fala deles quando o assunto é relacionado a raça. Todos os “cine debates” ou *webinários* que fossem relacionados a essa temática, tinham convidadas específicas para tal.

Mesmo assim foi uma experiência complicada para o meu “eu” interior, pois me faz pensar ainda mais sobre o lugar de cada um, que é será um grande processo para as pessoas negras começarem a ocupar esses espaços como concursados e não como terceirizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, o presente trabalho de conclusão de curso baseia-se, essencialmente, em minha experiência de estágio no Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) e tem como tema principal o debate em torno da violência de gênero, buscando compreender o atendimento realizado pelo Serviço Social na referida instituição.

Além disso, buscou-se, ainda – a partir das reflexões de Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2011), Carla Akotirene (2019), Abdias Nascimento (2016), Achile Mbembe (2018), Fanon (1967), dentre outros(as) – relacionar o debate da violência de gênero à discussão racial.

Nesse sentido, algumas evidências do “processo de racismo velado” que Abdias Nascimento (1978) procura revelar refere-se à desconstrução do que chama de “mito da democracia racial”.

Para o brilhante autor (*idem*), o mito seria uma ideia destinada a apagar a real presença negra na construção do Brasil, e que funcionaria ao lado de outros mitos, como o mito do senhor benevolente, o mito do africano livre, a proibição de se discutir as questões raciais, a falsa imagem de harmonia racial que o Brasil divulga internacionalmente, o embranquecimento da cultura por meio das academias e universidades, o sincretismo, ou seja, a adulteração da ideia de persistência da cultura africana (NASCIMENTO, 1978).

Ainda de acordo com Abdias (*idem*), falar em sincretismo seria uma forma de amenizar a violenta repressão que se abateu sobre as práticas religiosas de matriz africana, assim como falar em persistência da cultura africana seria negar a participação majoritária de africanos e seus descendentes na edificação da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, o suposto “africano livre” do período de pré-abolição, mencionado pela historiografia, assim como a “liberdade” da pós-abolição seriam máscaras a esconder a situação de penúria e abandono da população negra.

É importante mencionar também que, ao longo dos estudos e pesquisas que subsidiaram a escrita desse trabalho, aproximei-me, um pouco mais (pois ainda há muito o que estudar e aprender), da discussão acerca de categorias como: violência; gênero; violência de gênero e violência de mulheres, sobretudo, negras.

Durante o estágio, foi possível perceber a importância de monitorar e avaliar novas perspectivas de intervenção e atendimento a essas mulheres em situação de violência, independentemente de qual seja o tipo. As inúmeras violações que atingem as mulheres vêm crescendo exponencialmente, ainda mais no contexto atual e, por conseguinte, não se pode fechar os olhos para tal situação.

Nesse sentido e considerando todo o desenvolvimento desta monografia, nota-se uma necessidade de investimento em políticas públicas voltadas para esse contexto de violência de gênero e raça, que perpassa pelos espaços públicos de atendimento às usuárias, sendo, também, necessário investir de forma mais sistêmica e integral em condições que facilitem a autonomia das mulheres.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garante que “todos são iguais perante a lei”. No entanto, em pleno século XXI, cada vez mais essa frase tem se tornado difícil de se acreditar e aplicá-la à realidade concreta, uma vez que a sociedade encontra-se, paulatinamente, alheia a questões político-sociais e raciais.

De acordo com Pedro Paulo Bocayuva (2020), a crise atual amplificou ameaças, temores, paixões e riscos. Seus efeitos sistêmicos de longa duração articulam-se a uma série de fenômenos mórbidos ampliados, enquanto sintomas de uma crise maior e estrutural. O aspecto decisivo do quadro neoliberal acelerar-se, na forma da dinâmica de contrarreformas contínuas que abrem campo para a crise das “democracias realmente existentes”.

Conseqüentemente (e por óbvio), está colocado na ordem do dia o declínio definitivo dos mecanismos de poder pela via da hegemonia, das formas de ampliação do Estado social pelo consenso, típicas do “Ocidente” geopolítico e das suas periferias nos distintos continentes. Resta a dominação aberta pela lógica da coerção, do terror estatal e do medo coletivo, fruto de uma permanente tensão financeira, climática e sanitária (BOCAYUVA, idem).

Ainda segundo o referido autor (ibidem), ao longo de todo contexto pandêmico provocado pela Covid-19, observou-se que a batalha das vacinas e remédios interliga-se com as formas de exposição e controle sanitário das populações, evidenciando-se o risco da soma da pandemia com a epidemia de ódios, com as cruzadas e guerras religiosas e coloniais travadas tanto nas redes

virtuais, quanto nos espaços e territórios, que recolocam em questão o aumento atual da força do negacionismo, do anticientificismo, do irracionalismo e da negação dos crimes das ditaduras. Trata-se de um império da barbárie e da violência, num aprofundamento do que Achille Mbembe (2018) classifica de necropolítica, conforme já mencionado na presente monografia.

A partir de tais análises e da concepção de crise estrutural, observamos a intensificação dos processos de exploração do trabalho, mediada pelas novas formas de trabalho, pelas atuais relações trabalhistas e ferramentas digitais, estas últimas conhecidas, de modo geral, como um profundo e perverso processo denominado por Antunes (2009) de “uberização”.

Assim, é importante compreender como as subjetividades são criadas, recriadas e conformadas mediante aos novos processos de trabalho e mediações por redes digitais, sobretudo a subjetividade das mulheres, com destaque para o segmento feminino negro.

Por fim, não posso deixar de fazer um breve resumo sobre minha trajetória acadêmica, enquanto mulher preta. Começo mencionando que todo meu estudo foi em colégio particular com bolsa, mas, quando olho para trás, percebo a parca quantidade de pessoas pretas em minha sala de aula.

No terceiro ano, havia 10 estudantes na minha classe. Desse quantitativo, éramos negras eu e mais uma outra aluna. O convívio era majoritariamente com pessoas brancas, pois a maioria absoluta do corpo de professores também era predominantemente branca, além, por óbvio, das pessoas que trabalhavam na direção, na coordenação pedagógica e em outros cargos na escola.

Compartilho aqui que todas as vezes que tentei fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), preenchia a cor parda na opção de declaração de raça, pois, segundo a minha mãe, era este o dado que constava em minha certidão de nascimento. Por não saber muito a respeito, acreditava que eu deveria colocar como constava na certidão e não como me autodeclarava.

Com a inserção na universidade, sai totalmente da minha bolha. Conheci os movimentos sociais, pessoas de diferentes classes e raças, cursei inúmeras matérias, ampliei o meu conhecimento e, também, os meus horizontes.

Quando volto ao passado, consigo enxergar as lacunas que ainda estão

presentes, tornando nítida a grande problemática da realidade a qual vivi e a qual não vivi, mas que com muito estudo, diálogo, novas amizades e terapia, estou construindo um caminho novo que quero levar, ampliar e transmitir para as novas gerações.

Quando se cursa uma graduação em Serviço Social, não se pode manter um olhar neutro sobre a realidade social e, muito menos, a respeito de questões que circundam temas como classe, raça e gênero. É justamente a partir da imersão e da busca por temáticas sociais, que a perspectiva dialética se inicia.

Ademais, a militância na luta racial possibilitou a sensibilização e o olhar atencioso para temáticas e reflexões de diversos autores e autoras que têm se dedicado aos estudos da educação das relações étnico-raciais e da história e cultura africana e afro-brasileira, como Grada Kilomba, Angela Davis, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, dentre outros.

Partiu-se, ainda, do pressuposto de que não é possível para o Serviço Social brasileiro compreender o mundo sem as lentes de gênero, raça e diversidade sexual, pois, de acordo com Trindade (2022), tais conceitos trouxeram para o debate público questões antes encerradas e trancadas no ambiente doméstico e privado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é Racismo estrutural? (Coleção Feminismos Plurais). Belo Horizonte (MG): Letramento. Justificando, 2018.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.141>. Último acesso em: 23 de março de 2020.

AKOTIRENE, Carla; Interseccionalidade. São Paulo, Polem, 2019. Feminismos Plurais. (Coleção Feminismos Plurais).

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e industria 4.0. São Paulo, Boitempo 2009.

BARROCO, Maria Lúcia da S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paul: Cortez, 2001.

_____. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: Revista Serviço Social & Sociedade. 106. Abril/Junho de 2011. Educação, Trabalho e Sociabilidade.

BEAUVOIR, Simone. “O Segundo Sexo: a experiência vivida”. Volume II. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENJAMIN, Walter; LÖWY, Michael. O capitalismo como religião. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOCAYUVA, Pedro Paulo Cunha. Globalização e pandemia: o fim da hegemonia e a necropolítica neoliberal. In: Para Além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia. Org.: LOLE, Ana; STAMPA, Inês e GOMES, Rodrigo Lima R. UFRJ, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BROWN, Rita Mae (1974). “The Last Straw”, em BUNCH, Charlotte & MYRON Nancy (eds.). Class and feminism. Baltimore: Diana Press. p. 14-23.

BUTLER, Judith. (2015). Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. ISBN: 978-85-200- 0965-9.

CAETANO, Ivone. O Feminismo Brasileiro: uma Análise a partir das Três Ondas do Movimento Feminista e a Perspectiva da Interseccionalidade. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro EMERJ. Artigo apresentado como

exigência de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gênero e Direito da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo, Selo Negro, 2011.

CARRARA, Sérgio. Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro/São Paulo: EdUERJ/EdUSP, 1998, 228 p.

_____. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. Mana, vol. 21, no 2, 2015, pp. 323-345.

CARRARA, Sergio Luis.; VIANNA, Adriana de Resende Barreto. (2004). “A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais”. In: Caceres, Carlos. (org.). Ciudadania sexual en America Latina: abriendo el debate. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, p. 47-64.

CFESS Manifesta. 30 Anos do Congresso da Virada. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Último acesso em 30/01/2017.

CFESS/CRESS. Neoconservadorismo e Serviço Social no cenário atual: começa o 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS, Rio de Janeiro, 2015.

CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 202p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139-167, 1989.

DAVIS, Angela Yvone. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Franz. Os Condenados da Terra. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Em defesa da Revolução Africana. Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1980.

_____. Pele negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Por que Fanon? Por que agora?” Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. São Carlos, 2015. 260 f. Tese (Doutorado em

Sociologia). Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. A integração do negro na sociedade de classes. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. Dossiê: Gênero e sexualidade. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.

GALEANO, Giovana Barbieri; SOUZA, Francisca Magalhães de & GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Violência Estatal no Brasil: Ininterrupta, Deliberada e Letal. Revista Polis e Psique, Número especial: Corpos, Cidades, Hospitalidades, 2021, 112 – 137.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. (Organizadoras: Flávia Rios e Márcia Lima). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

_____. O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, recurso digital.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 23ª ed. São Paulo. Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Cortez, 2009.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª edição: Cortez, 2011a, cap. 1 e 3.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – 11ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.09>. Último acesso em 16 de janeiro de 2018.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: [orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos \(ufg.br\)](http://www.ufg.br/orientacoes). Último acesso em 02 de janeiro de 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Bagoas* (2007). *Estudos Gay, Gêneros e Sexualidade*.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. *Between the Lines*; 1ª edição, maio de 2021.

KYRILLOS, Gabriela M. *Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1): e56509 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509, 2020.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. 342 f.

LEAL, Maria do Carmo; GAMA, Silvana Granado Nogueira da; PEREIRA, Ana Paula Esteves; PACHECO, Vanessa Eufrauzino; CARMO, Cleber Nascimento do & SANTOS, Ricardo Ventura. *A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil*", *Cad. Saúde Pública* 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt>. Último acesso em 30 de dezembro de 2022.

LIMA COSTA, Claudia de. *Feminismos descoloniais para além do humano*. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 929-934, 2014.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOSURDO, Domenico. *Liberalismo. Entre civilização e barbárie*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

LOURO, Guaciara Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, G. L. Org. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. 174 p.

_____. *Um Corpo Estranho: Ensaios sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004. 90 p.

_____. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Ed. Vozes, 9ª edição, 2007.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Proposições, v.19, nº 2, Campinas, 2008. 191 p.

MACEDO, Goiacira Segurado; MACEDO, Kátia Barbosa. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. Revista Psicologia Organizações e Trabalho. V. 4 nº 1. Florianópolis, jun. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa. Avante, 1975.

MARX, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista” In: O Capital. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1984, cap. XXIII.

_____. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições. ISBN: 978-85- 6694-350-4. 2018a.

_____. Crítica da razão negra. São Paulo: nº1, edições, 2018b.

_____. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições. 2018c.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília, 2005. 340 p.

_____. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1259-1267, 2007.

_____. O desafio da Pesquisa Social. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro. Vozes, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. 2017. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>>. Último acesso em 09 de fevereiro de 2018.

MORGADO, Rosana. Família(s): Permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. CES – Univ. de Coimbra. Portugal, 2004.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. O racismo como arma ideológica de dominação, edição 34, ago/set/out, 1994, páginas 28-38.

MV, Bill. Canção Isolamento. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mv-bill/isolamento/>. Último acesso em 14 de novembro de 2018.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado, Editora Perspectiva, São Paulo, 1978.

OMS. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil. Caderno Espaço Feminino. v.31. n.1. Uberlândia, MG. jan./jun. 2018.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 432-445, set./dez. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. Cadernos Pagu, 1998: pp.141-155.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. & SZWAKO, J. (Orgs). Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2009.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, H. I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCALA, Jorge. La ideologia del género: o el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

_____. Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora Ltda., 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v. 16, n.2. Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre. 1990. p. 57-69.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Navegar é preciso, para as políticas públicas chegarem até as mulheres! In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org). Mulheres, gênero e violência. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

TRINDADE, Mably Jane. A Assistência à Saúde de Pessoas Transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro.

2014. 212 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Em Busca de Reconhecimento: limites e desafios dos Processos de Requalificação Civil de Pessoas Trans no Rio de Janeiro. 2019, 317 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019.

_____. Interseccionando Gênero, Raça e Diversidade Sexual: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2022.